



## ASSEMBLEIA GERAL

# Programa de Ação e Orçamento para 2022 aprovados sem qualquer contestação



**ESTUDO**  
É preciso mais investimento  
para cuidar da saúde mental  
nas instituições associadas



**COVID-19**  
Lares de idosos  
resistem à quinta vaga  
da pandemia



**BOMBARRAL**  
Centro Social Paroquial fez  
75 anos e quer dar nome  
do fundador à instituição

## VOLUNTARIADO

# Portugal Voluntário tem uma bolsa com mais de oito mil pessoas que querem ajudar



**Eugénio Fonseca**  
Presidente da Confederação  
Portuguesa do Voluntariado



## Que tem o Natal a ver com as IPSS?

O Natal, enquanto acontecimento histórico, é inegável. Há evidências apresentadas por investigadores, nomeadamente, nas áreas da historiografia e arqueologia que o atestam. É tão real e de uma importância singular que deu início a uma viragem na história da humanidade, tendo-se a mesma dividido em duas eras: a antes e a depois de Cristo. Sabe-se que Jesus teria nascido na ocasião em que «saiu um édito da parte de César Augusto para ser recenseada toda a terra. 2Este recenseamento foi o primeiro que se fez, sendo Quirino governador da Síria.» (Cf. Lc 2, 1-2). Isto mesmo o atesta Flávio Josefo um investigador, não cristão, dessa época. Os demais factos deste acontecimento narrado na Bíblia exigem uma abordagem mais exegética que não é relevante para a reflexão que pretendo apresentar. Verdade histórica é, também, que o nascimento de Jesus de Nazaré não se deu a 25 de dezembro. É que a descrição do evangelista Lucas refere que «havia naquela mesma região pastores que estavam no campo, e guardavam os seus rebanhos durante as vigílias da noite.» (Cf. Lc 2,8). Naquela região, como nas nossas, nos meses de inverno, costuma haver chuva e frio, condições inapropriadas para os pastores não deixarem nos apriscos, durante a noite, os seus rebanhos. A palavra Natal e uma qualquer data específica do dia do nascimento de Jesus, não são referidas nas descrições evangélicas, bem como nunca houve alguma certificação pelos peritos sobre estas informações. O que se sabe é que o nascimento de Jesus só se começou a celebrar pela Igreja Católica desde o século IV, para contrapor a maior festa pagã que era dedicada ao “deus sol”, assinalada aquando do solstício de inverno. Para os cristãos, quem veio dar luz e calor verdadeiros às suas renovadas formas de viver foi Jesus Cristo. Etimologicamente, como sabemos, a palavra “natal” tem a ver com nascimento. Sempre que se refere ao de Jesus escreve-se com letra maiúscula. É importante, porém, saber que a maior festa cristã é a Páscoa e não o Natal.

Mas que tem o Natal a ver com as IPSS, os seus dirigentes e beneficiários? Muito. Vejamos a partir de alguns dos factos.

José e Maria, mesmo tendo percorrido uma longa distância para cumprirem uma ordem política e de interesse social, não se abstiveram de o fazer, pois, à partida, para eles era um dever cívico. Fizeram-no, quiçá, com pouco entusiasmo por terem a percepção de que aquele recenseamento, mais que um objetivo de conhecimento demográfico,

poderia ter interesses na ordem da estratégia política ditatorial instaurada pelo Império Romano. As IPSS, e as suas diferentes missões, existem por imperativo de cidadania. É uma forma dos cidadãos cooperarem com os que estão investidos do encargo de governar num âmbito global. Nenhum dirigente de uma IPSS, por isso, deve dizer que faz o que deveria ser feito pelo Estado. Se tem plena convicção disso, a sua principal obrigação é fazer com que as autoridades públicas cumpram as tarefas que lhes estão, exclusivamente, atribuídas. Vejo a existência das IPSS e a dedicação dos que as dirigem, bem como os apoios concedidos pelo Estado, através deles, aos cidadãos como uma missão de cidadania e uma forma de assegurar a vitalidade da democracia participativa. É imperioso que se assumam, nesta área, o Estado como um parceiro e não como detentor da tutela das IPSS, para que a relação mútua seja de cooperação e não de dependência, senão daquela que for acordada, livremente, por ambas as partes.

Como já referi, talvez Maria e José não estivessem muito convencidos da bondade daquela obrigação, mas sentiam não ter voz nem lugar suficientes para expressarem as suas dúvidas e discordâncias. Nasceu-lhes um filho com esses dotes que não deixou de os utilizar em favor dos mais débeis da sociedade do seu tempo. É esta a outra missão dos dirigentes da IPSS, ou seja, dar voz e oportunidade de maior qualidade de vida a quem não a tem e, sempre que necessário, exigir das autoridades públicas as condições necessárias para fazerem bem, o bem que devem fazer. As IPSS não existem só para apoiar os cidadãos mais

desfavorecidos, pois seria um contributo para a distinção de classes e acentuar as desigualdades sociais. Mas estão, preferencialmente, atentas às necessidades dos mais fragilizados.

O nascimento de Jesus não deveria ter sido fácil. Os recursos foram escassos. As condições muito frágeis, o apoio mais humano e seguro foi o de José. Mas, mesmo que a presença dos pastores possa ser um facto com pouca consistência histórica e mais de natureza teológica, assim como o da visita dos Magos do Oriente, vale a pena olhar para estas duas narrações como formas de parcerias efetivas e sinceras. Outra realidade a que as IPSS não podem ser indiferentes. Nada se consegue, com eficácia e eficiência, sem cooperação, venha ela de mais perto ou mais longe. Com o apoio reforçado por um conjunto de parceiros mais pobres e outros mais abastados, a Família de Nazaré sentiu-se mais sustentável.

Por fim, o nascituro, a quem foi dado o nome de Jesus, veio a tornar-se num cidadão interventivo, nada acomodado, mas sempre aberto a possibilidades novas que tornassem mais livres, capacitados e solidários os seus concidadãos, firme nas suas convicções, mas sempre aberto ao diálogo, gritou contra todas as formas de injustiças e opressões. Sofreu incompreensões, ataques ignóbeis, suspeições até vir a ser assassinado, mas nunca foi infiel à sua missão.

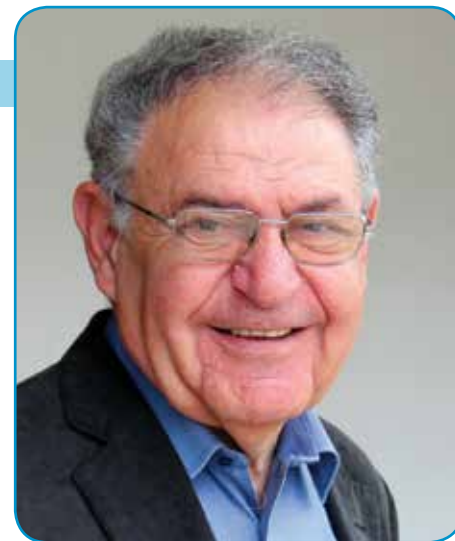
Outros aspetos deste acontecimento marcante da história se poderiam relacionar com a identidade, valores e missão das IPSS. Mas estes são já suficientes para que consigamos, em cada dia, nas nossas IPSS fazer com que seja sempre Natal.





## EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



# A Pandemia não terminou

1. Inicialmente apontadas como o maior problema da pandemia, as Instituições de Solidariedade têm revelado uma enorme capacidade de resiliência e os seus lares, que se confrontaram com enormes dificuldades, hoje são vistos como “teto de acolhimento seguro”. Uma vez mais se prova que o original e cooperativo modelo de proteção social português funciona bem e merece ser apresentado como exemplar.

Mas esta pandemia ainda não terminou. A incerteza continua. As estruturas residenciais foram as primeiras a receber a vacinação – agora o seu reforço – mas as equipas não têm oportunidade para «descansar», sob pena de a fatura ser demasiado elevada.

Sem um fim anunciado, é tempo de olhar para o passado recente, o presente e o futuro, que não voltará à realidade e «normalidade» que se conhecia, para que de forma crítica, estruturada e sustentada se possam delinear estratégias, medidas e ações concertadas a implementar no e pelo Setor Social e Solidário. Os próximos anos afiguram-se ser de uma crise profunda, pelo que as Instituições do Setor Social e Solidário serão, ainda mais, e como habitualmente o são em períodos críticos, chamadas a intervir e a responder às necessidades daqueles que viram os seus rendimentos diminuírem ou que ficaram numa situação de desemprego e dos que, já estando numa situação de vulnerabilidade social, pioraram ou passaram a uma situação de pobreza. Urge repensar as políticas públicas de apoio social e de reforçar a capacidade de intervenção das Instituições na resolução dos problemas sociais, enquanto agentes promotoras da efetivação dos direitos de proteção social dos cidadãos.

2. Este contexto demonstrou, de forma inequívoca, a necessidade de rever, não só o modelo de comparticipação financeira do Estado às Instituições Particulares de Solidariedade Social, mas também a forma como este intervém e se relaciona com as mesmas. Importa recuperar o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, celebrado em 1996, e delinear novos modelos de cooperação e de articulação efetiva entre os vários organismos do Estado que intervêm nas Instituições, as entidades públicas locais como os Municípios e Freguesias, as Organizações do Setor Social e Solidário e o setor privado (mercado). Tal como esta pandemia tem permitido demonstrar, só o trabalho

conjunto entre as Entidades que constituem o triângulo – Estado (incluindo a administração local), Organizações do Setor Social e Solidário e Setor Privado – pode ser verdadeiramente eficaz na construção de uma Sociedade mais participativa, inclusiva, equitativa e desenvolvida.

Numa reflexão interna, este período também colocou a nu algumas fragilidades das Instituições, reconhecidas por estas, e que apesar de terem vindo a ser trabalhadas nos últimos anos, ainda carecem de melhoria, reforço, sistematização e sedimentação. Melhorar o sistema de remunerações, recompensas e progressão na carreira que permitam recrutar e reter profissionais qualificados e constituir equipas multidisciplinares; desenvolver programas de formação à medida das necessidades e tipologia das Instituições e trabalhadores; reforçar as competências técnicas dos dirigentes tendo em vista uma maior profissionalização da gestão; criar ou melhorar canais, metodologias, procedimentos e ferramentas de comunicação interna e externa; manter permanentemente ativos equipas e planos de atuação em situações de crise e definir responsáveis, práticas e mecanismos regulares de articulação inter e intrainstitucionais, apresentam-se como as principais áreas a necessitar de uma intervenção mais atenta e estruturada, que permita às Instituições do Setor Social e Solidário, não só

melhorar e desenvolver a sua atuação, como também sedimentar e dar a conhecer de forma transparente e inequívoca à comunidade o seu papel e a sua importância.

3. Desta que é (porque ainda não terminou) uma experiência (que desejamos todos sem repetição), é fundamental que possamos fazer uma avaliação concreta, crítica e pró-ativa, no sentido de refletir sobre as inúmeras oportunidades de melhoria, que nos permitam, numa perspectiva de (re)pensar o futuro, implementar novas formas de organização e trabalho, ter mecanismos de resposta delineados, mais rápidos e eficazes, e que, a todo o momento, podem sempre ser melhorados e ajustados à evolução do contexto, permitindo diminuir os tempos de reação e ativar com eficácia as redes de articulação, nomeadamente locais que, sem dúvida, foram aperfeiçoadas e sedimentadas. Por outro lado, esta avaliação permitirá demonstrar o que há anos o Setor anda a perpetuar no país: a intensa e incedível atuação das IPSS, a sua capilaridade que as faz estar onde (quase) ninguém chega, garantindo que quem precisa tem o apoio. Ontem, hoje e sempre. As IPSS estão onde é preciso para responder a quem precisa, as pessoas, os utentes e a comunidade. As IPSS têm um inestimável contributo para a coesão social.





CNIS ESTABELECE PARCERIA COM A CHILDDIARY

# Portfólio digital reduz trabalho burocrático aos educadores de infância

A CNIS e a ChildDiary estabeleceram uma parceria com o propósito de auxiliar todas as instituições com resposta social de creche e/ou jardim-de-infância a tornarem-se numa solução mais qualificada e viável para as famílias.

Assim, as IPSS com resposta social de creche e/ou pré-escolar associadas da CNIS poderão ter acesso a condições mais vantajosas e acesso a conteúdos e materiais exclusivos, entre outras vantagens.

A solução ChildDiary, criada por Vanessa Biléu, educadora e formadora da Associação Portuguesa de Educadores de Infância, em colaboração com o engenheiro informático João de Sousa, é uma plataforma que tem como objetivo apoiar os serviços de educação de infância.

A ChildDiary é um portfólio digital que facilita a elaboração da documentação exigida pelas Entidades Públicas, ao mesmo tempo que agiliza a comunicação segura com as famílias, poupando

recursos e custos às instituições.

Para além da plataforma, que estará em constante evolução e atualização, a ChildDiary tem também um papel ativo ao nível da consultoria pedagógica junto das instituições. Toda a dinâmica está assente em planos de formação personalizados, bem como o desenvolvimento e a implementação de boas práticas ao nível da educação de infância.

A plataforma e as suas constantes melhorias têm por base as diretrizes da Segurança Social e do Ministério da Educação no que às orientações pedagógicas e boas práticas diz respeito.

A adesão a esta plataforma, em termos das direções e coordenações das instituições, apresenta como principais mais-valias a redução dos custos e o incremento da sustentabilidade ambiental em relação aos métodos tradicionais, que custam em média 2,50 euros por criança em termos de papel e documentação física; a uniformização da documentação e acesso imediato a todas as alterações do Ministério da Educação e da Segurança Social, para que não corram riscos quando ocorrerem inspeções; a centralização e gestão de toda a comunicação, com garantia de segurança e privacidade, cumprindo as regras do RGPD; e ainda o fator diferenciador que garante satisfação por parte das famílias.

Já para os educadores de infância, as vantagens são evidentes ao nível da facilidade de realização e organização de registos, sendo que através da ChildDiary são geradas automaticamente planificações e avaliações curricularmente fundamentadas; da redução, em média, de 22 horas por mês por educador em trabalho burocrático; da garantia de privacidade, deixando de ser necessário usar



ferramentas e redes sociais pessoais; e do aumento da motivação profissional, pois sobra mais tempo para criar valor e estar com as crianças.

No que respeita às famílias, a ChildDiary também acarreta benefícios, como a criação de um canal único e centralizado de interação com a instituição; o aumento da rapidez na comunicação com a instituição e os educadores; ou ainda o acesso privado e seguro a fotos, vídeos e rotinas diárias e assim poder melhor acompanhar as vivências dos seus educandos.

Para aderir à plataforma ChildDiary, as associadas da CNIS beneficiam das três primeiras mensalidades grátis, sendo que o valor se cifra em um euro por criança por mês, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o valor da mensalidade calculado de acordo com o número de crianças ativas na plataforma.

O serviço inclui formação inicial (configuração + plataforma) e formação semanal contínua (mais de 20 horas/ano que podem ser contabilizadas para horas de formação anual dos profissionais), ainda o suporte em duas horas e canal de apoio para instituições, profissionais e pais e acesso a melhorias e novas funcionalidades da plataforma.

A contratualização da solução ChildDiary não tem qualquer fidelização, podendo ser feito o cancelamento do contrato com um aviso



prévio de 30 dias, e é dada ainda garantia de satisfação ou devolução do valor pago durante os primeiros 90 dias.

A propósito da época natalícia que se aproxima foi criado um e-book, que vai ajudar as equipas da infância a preparar este período festivo. Nesse e-book é possível encontrar propostas e recursos para berçário, creche e pré-escolar.

Em cada proposta encontra-se o material necessário, a proposta de organização e dinamização, bem como a intencionalidade educativa de acordo com a respetiva faixa etária, tendo por base as Experiências-Chave da Creche e as Orientações para a Educação Pré-escolar (OCEPE).

O e-book está disponível no site da ChildDiary ([childdiary.net](http://childdiary.net)).



## PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

# Candidaturas abertas para respostas sociais

As candidaturas ao programa de Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, cuja dotação ascende aos 250 milhões de euros, abriram no dia 07 de dezembro e podem ser apresentadas até 22 de fevereiro de 2022.

O aviso, que aufer a “maior dotação” em termos de equipamentos sociais, nomeadamente, 250 milhões de euros, abrange vários tipos de respostas sociais: estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), centros de dia, creches, centro de atividades e capacitação para a inclusão (CACI) e residências autónomas.

Ana Mendes Godinho, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, disse estar expectante de que o setor social possa vir a ser “um elemento

de grande mobilização do PRR”.

“É o aviso com maior dotação lançado em termos de equipamentos sociais e é muito transversal. Abrange todo o território continental e temos uma grande expectativa de resposta por parte do setor social”, disse, acrescentando que o programa será fundamental para dar resposta “aos desafios demográficos”.

O aviso das candidaturas ao programa de Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais já está disponível no site da Segurança Social e do Recuperar Portugal.

Este é o segundo aviso lançado no âmbito do segmento Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do PRR, cuja dotação total ascende aos 417 milhões de euros, sendo que o primeiro se prendeu com a mobilidade verde social.

## DIA DA CNIS 2022

## Seminário de encerramento do Projeto TFA

A Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico Porto, O Instituto Politécnico de Coimbra e a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade, entidades parceiras no desenvolvimento do projeto “*TheoFrameAccountability - Theoretical framework for promotion of accountability in the social economy sector: the IPSS case*” (<https://www.tfa.pt/>), estão a organizar o seminário de encerramento do referido projeto que terá lugar no próximo dia 18 de janeiro de 2022 em modalidade mista. Presencialmente, **no Centro Pastoral de Paulo VI em Fátima** e online, **via Zoom**, com o seguinte programa:

10:00 – 10:30 (recepção participantes)

10:30 – 11:00 (sessão de abertura)

11:00 – 12:30 (enquadramento, metodologia e apresentação dos resultados do projeto TheoFrameAccountability)

Intervalo para almoço

14:30 – 16:00 (do financiamento à sustentabilidade: presente e futuro)

16:00 – 16:30 (sessão de encerramento)

16:30 – 17:00 (*coffee break*)



**educabiz®**  
A primeira escolha em Portugal.  
Mais de 600 instituições já utilizam.

www.educabiz.com



CRECHE



JARDIM DE INFÂNCIA



CATL

A Educabiz é a mais completa plataforma de gestão integrada para a sua IPSS que converge as componentes Pedagógica, de Comunicação e de Gestão e Faturação. Evoluir para a Educabiz será mais um passo para o futuro na sua instituição!

ACESSO SEGURO  
EM QUALQUER  
LUGARATUALIZAÇÕES  
INCLUIDASSUPORTE  
E FORMAÇÃO  
GRATUITOSACESSO WEB  
OU APP PARA  
ANDROID OU IOSCONFORMIDADE  
COM RGPDREGISTOS  
EXIGIDOS  
PELA SS E ME

### Valências para a terceira idade?

Experimente a Seniorbiz. A solução ideal para instituições de apoio a idosos. Reduza custos e agilize o trabalho da sua equipa.

Aumente a envolvimento com as famílias.

[www.seniorbiz.com](http://www.seniorbiz.com)

Marque já uma apresentação por videoconferência do Seniorbiz ou da Educabiz ligue 222 400 196

ESTUDO «A SAÚDE MENTAL NAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DA CNIS»

# A saúde mental dos idosos foi posta em causa pela pandemia

Há quase dois anos a viver sob a guilhotina da CoViD-19, as instituições têm-se adaptado e reinventado para responderem da melhor forma aos desafios da pandemia, protegendo os mais vulneráveis, em especial os idosos. Mas esta luta tem sequelas e a saúde mental dos idosos, dos trabalhadores e da sociedade em geral foi posta em causa. Assim, a CNIS promoveu a realização do estudo «A Saúde Mental nas Instituições Associadas da CNIS», cuja apresentação foi no final de novembro, um trabalho que confirma problemas antigos, novos desafios, mas também mais-valias que, segundo os investigadores, devem ser exponenciadas e exploradas. Fica aqui um resumo das principais conclusões e recomendações que emanam da investigação realizadas junto de 314 instituições associadas, de um universo de 1890 com resposta de ERPI, Centro de Dia e SAD.

A CNIS, em parceria com a empresa AddedSolutions SR e o Instituto Politécnico de Bragança, promoveu a realização do estudo «A Saúde Mental na População das Instituições Associadas da CNIS», cuja apresentação pública decorreu na última semana de novembro.

O estudo foi liderado por Hélder Cavaleiro Correia, em co-autoria com Adília da Silva Fernandes, Ana I. Pereira, Augusta Mata, Carlos Pires Magalhães, Clementina Rodrigues e João Mendes, e teve como objeto principal a «Perceção da Saúde Mental», tendo por objetivo identificar a perceção que os responsáveis técnicos das instituições associadas da CNIS têm sobre os efeitos das contingências inerentes à Pandemia SARS-CoV2 na saúde mental de utentes e colaboradores dessas mesmas instituições.

“E, de repente, o mundo como o conhecemos parou e tivemos de aprender novamente a viver, de reinventar-nos, de perceber e aceitar que nada controlamos, que os problemas de hoje podem ser uma solução amanhã. A incerteza, o medo, o cansaço, a solidão, tornaram-se as palavras mais ouvidas nas instituições nossas associadas”, começa por escrever, na Nota de Abertura do estudo, o presidente da CNIS, lembrando que “a saúde mental foi largamente afetada pela pandemia que todos vivemos, mas que de forma brutal atingiu os mais debilitados, testando os limites das nossas instituições”.

Por isso, e para melhor as acompanhar, a CNIS quis ouvir as instituições sobre a matéria.

“Deste estudo saíram apelos claros da necessidade de investimento, formação técnica, capacitação pessoal e profissional, a necessidade de dar o salto digital e usar o que de mais novo há para facilitar e melhorar a qualidade dos serviços de proximidade”, sublinha o padre Lino Maia, reafirmando a postura da Confederação e das instituições: “Nós ouvimos,



estamos atentos e estamos a dar resposta, é importante que toda a sociedade ouça também, esteja atenta e disposta a responder”.

Nas derradeiras palavras da nota introdutória, o padre Lino Maia destaca uma alteração de linguagem que emerge do estudo e que aponta para o caminho que as instituições, mas também toda a sociedade, devem seguir: “Este estudo substitui as palavras medo, frustração e solidão por capacitação, estimulação e colaboração”.

No inquérito realizado no âmbito do estudo, os investigadores obtiveram resultados com um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. A amostra do inquérito foi de 314 respostas num universo de 1890 instituições,

16,6% correspondendo às associadas cujas respostas sociais são Estruturas Residenciais Para Idosos (ERPI), Centros de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Os principais resultados do estudo colocam em evidência, quanto à perceção da saúde mental das equipas de trabalho, em tempos de pandemia, um impacto negativo, de índole físico e psicológico. Este é expresso fundamentalmente por um desgaste, cansaço, saturação, uma menor tolerância para com assuntos menores e por um sentimento de sobrecarga de trabalho, causado pelos recursos humanos insuficientes. Apesar de tempos complicados, foram expressos impactos positivos, evidentes na visibilidade/valorização das instituições e suas equipas,





existência de apoio profissional e de espaços próprios, visando a partilha de vivências, emoções e sentimentos, como forma de minimizar as consequências sofridas e que permanecerão se as instituições nada fizerem”, é uma estratégia relevada pelos participantes no inquérito.

### CONCLUSÕES

Das principais conclusões tiradas do estudo, os investigadores realçam que “nenhuma delas [é] totalmente desconhecida”.

E se já antes eram evidentes “os sinais de mudança da cultura institucional, da visão do mercado social, das necessidades e lacunas existentes e da inequívoca importância” das IPSS na sociedade, a pandemia “revelou-se uma oportunidade”.

Segundo os investigadores, esta é “a oportunidade de não deixar a sociedade esquecer que as instituições existem, que as suas necessidades são reais, urgentes e que representam mais-valias e ganhos muito altos para o SNS, para as famílias e para a sociedade em geral, pelo que não podem ser descuradas”.

Apesar das instituições terem “equipas técnicas resilientes, criativas e lutadoras”, capazes de liderar os trabalhadores em momentos de crise, “a saúde mental das equipas tem impacto direto na saúde mental dos seus idosos, a todos os níveis”, tendo sido “identificadas formas de promover a saúde mental e física dos idosos e aumentar a capacidade de resiliência”.

Sublinhando que a saúde mental dos idosos, e não só, “foi posta

em causa”, o estudo realça que o “impacto mais elevado, mais rápido e com consequências

económicas mais dramáticas para as instituições”.

Apesar de toda a motivação e empenho dos dirigentes e das suas equipas, as instituições “necessitam, contudo, de ajuda das entidades decisoras, de investimento”.

Por outro lado, o relacionamento institucional revelou vantagens com a criação de sinergias entre os organismos governamentais, Segurança Social, IEFP, movimentos civis e associativos, tecido empresarial, “que devem agora ser exponenciadas”.

Por fim, os investigadores consideram “que o embate sofrido pelo mercado social foi necessário”, pois agora a sociedade olha de forma diferente o apetecível mercado das instituições sociais, como algo com potencial de investimento.

“É o momento de investir no potencial humano das instituições, de aproveitar a evolução tecnológica, que toda esta situação alavancou, fazer uso do espírito empreendedor dos líderes institucionais para melhorar, evoluir e crescer”, recomendam os investigadores: rematando: “Fica claro neste estudo que a vontade existe, a necessidade existe, a oportunidade existe, é tempo de começar!”.

O estudo «A Saúde Mental nas Instituições Associadas da CNIS» resulta da colaboração entre a CNIS, responsável pela promoção, o Instituto Politécnico de Bragança, responsável pelo acompanhamento científico e apoio técnico, através da Escola Superior de Saúde e CeDRI, e a Added Solutions SR, responsável pela elaboração e execução do mesmo.

O estudo pode ser consultado na íntegra no site do SOLIDARIEDADE.

### A SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DA CNIS

frustração  
solidão  
medo  
colaboração  
capacitação  
estimulação

relevando a sua importância, outrora esquecida. O sentimento de união das equipas, foi também um dos pontos positivos em relevo.

Já os recursos humanos insuficientes foram considerados como uma das causas responsáveis por esse cansaço, paralelamente com a ausência de respostas e o desconhecimento na ação a seguir.

Como estratégias facilitadoras para uma melhor resistência, os investigadores consideraram: a melhoria da comunicação entre instituições e entre técnicos; o apoio psicológico às equipas, concedido por profissionais externos à instituição; a aposta da formação das equipas.

Relativamente aos utentes da instituição, foram salientados impactos ao nível da saúde mental, física e social.

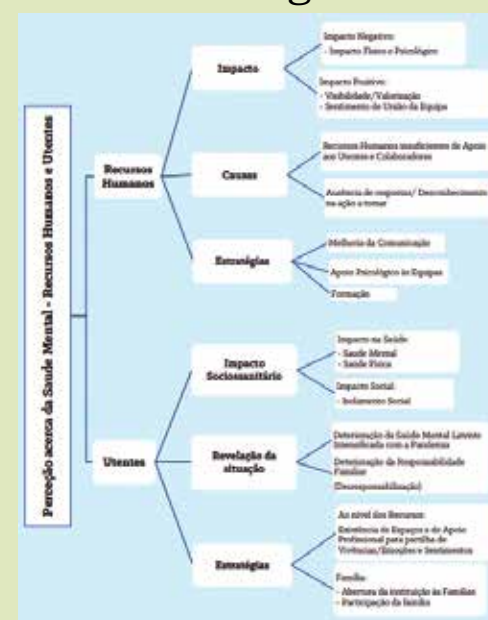
A nível mental, o enfoque residiu nas alterações cognitivas e no aumento da sintomatologia depressiva, entre outros. Já a nível físico, sobressai, fundamentalmente, o agravamento das patologias a nível geral. A perceção do isolamento social vivenciado pelos utentes ficou deveras evidente nos demais relatos.

Sintomático da situação é o facto de todos os participantes terem expressado que “a pandemia intensificou a deterioração da saúde mental, considerando que já existiam sinais reveladores da sua latência”. Por outro lado, nas respostas ficou destacada a perceção de um agravamento da desresponsabilização familiar para com o utente.

O estudo regista ainda que “a aposta na

## A situação recentemente vivida foi um acordar para a urgência de respostas a necessidades antigas:

- A falta de formação/capacitação dos recursos humanos existentes nas instituições versus a dificuldade em formar/capacitar esses mesmos recursos humanos, os custos que acarretam, a disponibilidade que implicam, a motivação que exigem;
- A necessidade de se apostar em novas contratações de recursos mais qualificados;
- A necessidade de alfabetização digital dos recursos humanos de forma a poder rentabilizar os recursos digitais que, neste momento, surgem no mercado;
- A aposta em digitalizar as instituições, sem cair no erro de querer digitalizar a humanização imperativa dos cuidados de proximidade;
- A necessidade de apostar mais e melhor nos processos preventivos de estimulação cognitiva, sensorial e motora, dotando as instituições de ferramentas adequadas às necessidades e recursos disponíveis; e capacitar os recursos humanos de competências para poder fazer transversalmente este trabalho sem prejuízo das restantes funções;
- Dotar as instituições de metodologias e ferramentas que promovam a estimulação autónoma e a rentabilização de tempo e investimento;
- Dotar as instituições de ferramentas digitais de acompanhamento, monitorização e cruzamento de informação que permitam unir todos os elos da cadeia de cuidados, facilitando, diagnósticos preventivos e fomentando uma mais fácil e ágil troca de informação;
- Dotar as instituições de equipas exclusivamente direcionadas para a promoção e manutenção da saúde mental, com programas, metodologias e ferramentas feitas à medida da pessoa idosa ou, em alternativa, encontrar no mercado soluções externas que facilitem o acesso a esses programas, metodologias e ferramentas.



APROVADA NOVA LEI SOBRE REFORMA ANTECIPADA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

# FAPPC contesta critérios e pede que grau de incapacidade seja de 60 por cento

O Parlamento aprovou, no passado dia 26 de novembro, o fim do corte do fator de sustentabilidade e da penalização por antecipação da idade da reforma para as pessoas com deficiência ou grau de deficiência igual ou superior a 80%.

Sem votos contra, o projeto foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, PCP, PEV, CDS-PP, IL, CH e das duas deputadas não inscritas, tendo recolhido a abstenção do BE e do PAN.

As novas regras no regime de antecipação da idade de pensão por velhice por deficiência agora aprovadas resultam de uma proposta de substituição do PS a projetos apresentados pelo BE, PCP, PEV e PAN.

O novo regime, agora aprovado, abrange pessoas que cumulativamente reúnam um conjunto de condições, nomeadamente ter pelo menos 60 anos de idade, uma deficiência a que esteja associado um grau de incapacidade igual ou superior a 80% e pelo menos 15 anos de

carreira contributiva realizada com aquele grau de incapacidade.

Reunindo estas condições, a pessoa pode reformar-se antes da idade normal de reforma, sem que lhe seja aplicado o corte na pensão por via do fator de sustentabilidade ou ainda a penalização de 0,5% por cada mês (ou 6% por ano) de antecipação face à idade normal de acesso à reforma.

O texto do PS dá um prazo de 180 dias ao Governo para regulamentar estas novas regras, determinando que estas entrem em vigor com o próximo Orçamento do Estado.

O diploma aprovado salvaguarda “aos requerentes do regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência, que ainda não tenham obtido diferimento à data da entrada em vigor da presente lei, é-lhes aplicado o regime que se mostre mais favorável”. Na prática, isto significa que quem à data de entrada em vigor

desta lei já tenha feito o pedido de entrada na reforma, mas ainda aguarde resposta, pode beneficiar das novas regras se estas lhe forem mais favoráveis.

Esta aprovação mereceu reação por parte da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), que se congratula com a decisão de um assunto que vinha a ser adiado há muito tempo.

No entanto, a FAPPC lamenta os critérios definidos: “Para a FAPPC a única proposta sobre a reforma antecipada das pessoas com deficiência que merecerá a nossa plena concordância deverá defender 55 anos, incapacidade comprovada igual ou superior a 60%, número de anos de serviço/carreira contributiva igual ou superior a 20 e número de anos de trabalho, com declaração do atestado de incapacidade (incapacidade permanente atestada junta médica) igual ou superior a 15. Sempre sem quaisquer outras penalizações”.

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DO PORTO

## Secretária de Estado visitou instalações e reuniu com a Direção da instituição

A secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes, esteve no passado dia 26 de novembro em visita às diversas unidades da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC).

Coube a Abílio Cunha, presidente da APPC, acolher a representante governamental e proporcionar-lhe uma visita de trabalho (e conhecimento) à «Villa Urbana» de Valbom, à Casa da Maceda e, a finalizar, ao Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral.

O ponto de partida do périplo começou na «Villa Urbana» de Valbom, unidade localizada em Gondomar. Sempre acompanhada por técnicos e responsáveis pelos distintos serviços da APPC, Ana Sofia Antunes ficou a conhecer, entre muitas outras coisas, as dinâmicas do Jardim-de-Infância, do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, da «GimnoVilla», dos inúmeros serviços abertos à comunidade e da unidade residencial, tendo ainda visitado um dos apartamentos e conversado com alguns dos moradores.

Em cada um dos serviços visitados a secretária de Estado fez questão de dialogar com técnicos e mostrou-se sempre disponível para discutir questões estratégicas e estruturais que possam vir a merecer melhoria.

Da «Villa Urbana» seguiram até à Casa da Maceda. Já nesta unidade residencial analisaram-se as diferenças entre o espaço (e modo de funcionamento) de Valbom e da Casa da Maceda (no Porto). Para a governante, a filosofia de funcionamento da Casa da Maceda é de



realçar, pois é “uma resposta diferenciadora que permite, designadamente, dar apoio ao descanso dos cuidadores e receber residentes temporários que vêm frequentar o ensino superior ou fazer formação profissional na zona do grande Porto”.

O último ponto de passagem foi o Centro de Reabilitação da APPC. Ai, Ana Sofia Antunes inteirou-se das valências existentes no espaço (a nível de atendimento/reabilitação, prática desportiva de boccia e tricicleta, bem como, a exemplo do espaço de Gondomar, do que se realiza a nível de atividades ocupacionais).

“Um equipamento de gestão partilhada com a Segurança Social onde se desenvolve uma fundamental resposta reabilitativa”, sustentou Ana Sofia Antunes.

No final da visita, a governante destacou que “a multiplicidade e diversidade de serviços e valências” é algo a destacar na intervenção da APPC. E, por tal, houve ainda ocasião para uma reunião de

trabalho com a Direção da instituição – oportunidade para, em conjunto, se analisarem algumas das preocupações e projetos dos responsáveis da Associação do Porto de Paralisia Cerebral.

Abílio Cunha justificou a importância da visita pelo facto de dar a conhecer à secretária de Estado “a postura permanente e de trabalho diário, sempre com o foco de honrarmos a nossa visão e missão, com o objetivo de se construir uma instituição que honre a razão pela qual existe: o apoio à autonomia e projetos de vida das pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins”.

A nova sede social da APPC (que inclui um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e uma Unidade Residencial Definitiva para pessoas com deficiência, bem como uma Unidade Residencial Universitária para estudantes com deficiência) foi também um projeto partilhado com a Secretária de Estado.



COMUNIDADE VIDA E PAZ, LISBOA

# Festa de Natal para pessoas em situação de sem-abrigo precisa de apoios

A Festa de Natal da Comunidade Vida e Paz (CVP) vai voltar este ano à cantina da Cidade Universitária, de 17 a 19 de dezembro, reunindo pessoas em situação de sem-abrigo.

Depois do interregno devido à pandemia, as pessoas em situação de sem-abrigo ou em situação de vulnerabilidade social vão ter à sua disposição um conjunto de apoios e serviços, designadamente o acesso ao Instituto dos Registos e do Notariado, Segurança Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cuidados médicos, barbeiro, duches, roupa, livros e alimentação”.

Em 2020, a celebração decorreu em moldes diferentes, indo ao encontro das pessoas na rua, devido à situação provocada pela CoViD-19.

No entanto, a festa de 2021 ainda vai ter bastantes limitações, com a necessidade de testagem, utilização de máscara e distância requeridas, para além de que o número de voluntários



será menor do que o habitual, de forma a que seja possível atender o máximo de convidados.

No sentido de dar algo a quem nada tem, a Comunidade Vida e Paz lembra que são necessários vários apoios, a nível financeiro e material, para que o Natal chegue a todos aqueles que mais precisam.

Entre os bens solicitados, estão bens alimentares, artigos de higiene pessoal, roupa de homem (com especial incidência em roupa interior), álcool gel, máscaras e batas descartáveis, entre muitos outros.

Para apoiar, basta contactar a CVP através do email [secretariado@natal.cvidaepaz.pt](mailto:secretariado@natal.cvidaepaz.pt).

UDIPSS PORTO

## Workshop «Plano Individual do Idoso» com edições a 8 e 15 de janeiro

A UDIPSS Porto vai realizar um workshop subordinado ao tema «Plano Individual do Idoso», por via digital e em duas edições.

Com este workshop, a UDIPSS Porto visa dotar os participantes de conhecimentos técnicos para a elaboração, monitorização e avaliação do Plano Individual do Idoso, nas respostas sociais de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

As sessões decorrerão através da plataforma Zoom, em dois tempos distintos: 1ª edição – dia 8 de janeiro de 2022, das 9h00 às 13h00; 2ª edição – dia 15 de janeiro de 2022, das 9h00 às 13h00.

Os conteúdos, ministrados por Cláudia Dimitre, abrangem «Enquadramento do Plano Individual nos Instrumentos de Planeamento da Resposta Social e da IPSS»; «Metodologia teórica de suporte à elaboração do Plano

Individual do Idoso»; e «Estrutura(s), elaboração, monitorização e avaliação do Plano Individual do Idoso».

O público-alvo para estas ações são os técnicos das valências para a terceira idade com responsabilidade de elaboração de Planos Individuais.

O custo para aceder ao workshop é de 25 euros para as associadas da UDIPSS Porto e de 45 euros para as associadas da CNIS.

PRÉMIO BPI INFÂNCIA

## Distinguidos 27 projetos num total de 800 mil euros

Iniciativas sociais de sete distritos de Portugal continental e do arquipélago dos Açores foram distinguidas na 3ª edição do Prémio BPI Infância, num total de 800 mil euros distribuídos por 27 projetos destinados a ajudar a romper o círculo da pobreza, focando especialmente a infância e a adolescência, e potenciando a família como eixo da ação socioeducativa.

As candidaturas vencedoras receberam em média 29,6 mil euros cada uma e vão apoiar cerca de sete mil crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Os projetos tentam dar respostas a questões e necessidades nas seguintes áreas prioritárias: apoio socioeducativo formal e informal; acesso a bens e serviços básicos (alimentação, higiene, etc.); desenvolvimento de competências parentais; apoio à primeira infância; e apoio socio-sanitário para a melhoria da qualidade de vida da infância em situação de doença crónica.

Promover o tratamento da saúde oral, assegurar necessidades básicas de alimentação

saudável e higiene, combater o abandono e o insucesso escolar, apoiar a parentalidade, potenciar as artes circenses e diferentes desportos como métodos de intervenção terapêutica, lúdica e pedagógica, são alguns dos projetos que serão desenvolvidos ao longo do próximo ano nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal e na ilha de São Miguel, nos Açores.

Os projetos distinguidos pelo Prémio BPI Fundação «la Caixa» Infância 2021 são: 9'Circos - Associação de Artes Circenses dos Açores; A.P.S.H.O. - Associação Portuguesa Promotora de Saúde e Higiene Oral; ABLA - Associação de Beneficência Luso-Alemã; Acreditar; AEPM - Associação Equiterapêutica do Porto e Matosinhos; Agência Piaget para o Desenvolvimento; APAC - Associação de Pais e Amigos de Crianças; Associação das Aldeias de Crianças SOS de Portugal; Associação Humanidades; Associação Poeta Aleixo; Associação Semear Talentos, IPSS; Associação TreeTree2; CEBI - Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca; Centro



Comunitário de Esmoriz; Centro de Assistência Paroquial de Amora; Centro Social de Ermesinde; Centro Social Paroquial de Torres Vedras; Cercizimbra; Fios e Desafios - Associação de Apoio Integrado à Família; Fundação Brazelton Gomes Pedro para as Ciências do Bebê e da Família; Fundação Champagnat; Fundação Salesianos; Fundação Santa Rafaela Maria; Norte Crescente - Associação de Desenvolvimento Social; Nuclisol Jean Piaget - Associação para o Desenvolvimento da Criança, a Integração e a Solidariedade; Pista Mágica - Associação; e Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social.



NOS LARES DE IDOSOS DESDE SETEMBRO

# Cerca de 50 surtos e menos de 10 mortes

Nos lares de idosos do sector social solidário, neste momento em Portugal, há cerca de meia centena de surtos de covid-19, garante o presidente das CNIS. O padre Lino Maia assegura que a situação nos lares portugueses está longe de ser comparável à que se viveu no princípio do ano. Com Portugal a registar subidas diárias do número de pessoas infetadas, os lares de idosos, não só os do universo da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, mas também os das Misericórdias e até os ilegais, contabilizam cerca de meia centena de surtos. Recorde-se que no início do ano chegou a haver mais de 400. O padre Lino Maia refere que nos lares têm surgido alguns contágios entre utentes e outras, mais escassas, entre funcionários das IPSS. Não apresentam, todavia, a gravidade do passado. De resto, não chega a uma dezena o registo de mortes. “No universo de lares portugueses, desde Setembro, não chegaram a uma dezena os casos com óbitos e a maior parte dessas mortes ficou a dever-se mais a outras doenças graves do que à covid-19.”

A nova vaga de infeções começou em outubro invertendo uma tendência de descida mercê da campanha de vacinação com índices que se aproximavam dos 90 por cento. A perda de eficácia das vacinas, o alívio das medidas de prevenção contra a covid-19, o comportamento pouco cuidadoso de segmentos da população e o surgimento de novas variantes do vírus têm estado a contribuir para o recrudescimento pandémico. Lino Maia refere que os lares estão a testar quinzenalmente trabalhadores e utentes e desde Setembro, foram reativados alguns rastreios. O presidente da CNIS lembra que as visitas aos utentes dos lares obrigam a que haja a apresentação de teste negativo, medida atinada na opinião de Lino Maia. No universo de idosos abrangidos pelo conjunto do Sector Social Solidário, Misericórdias, Confescoop e União das Mutualidades, haverá cerca de 1500 lares, com cerca de 80.000 utentes. A somar a estes há ainda os lares privados lucrativos legais e os ilegais.

### TESTAGEM PREVENTIVA

O Governo anunciou que foi reativado o plano



de testagem preventiva contra a covid-19 dos funcionários de lares de idosos “para se procurar antecipar e evitar a propagação” explicou Ana Mendes Godinho, ministra da Solidariedade. A ministra disse ainda que a vacinação com a dose de reforço da vacina contra a covid-19 “está praticamente concluída” nos lares de idosos, existindo ainda situações que dependem da última vez em que os utentes dessas estruturas tiveram covid-19 ou receberam a segunda dose.



MAIS E MELHORES ANÁLISES DE GESTÃO

INOVAÇÃO E MOBILIDADE

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES E PRÓXIMAS DOS SEUS UTENTES



CONHEÇA AS MAIS RECENTES SOLUÇÕES 100% WEB

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECÍFICAS PARA A ECONOMIA SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE

LINHA DE SOFTWARE TOTALMENTE INTEGRADA



CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

# Portugal Voluntário facilita o encontro entre quem precisa e quem quer ajudar

No passado dia 5 de dezembro assinalou-se o Dia Internacional do Voluntariado e, tal como garante Carla Ventura, vice-presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, “os portugueses são, de facto, dados a ajudar e quando há situações de emergência dizem presente, tal como a pandemia veio mostrar e bem”.

Carla Ventura defende mesmo que “nunca houve tantas pessoas a querer fazer voluntariado e a perceção do voluntariado também nunca foi tão boa, porque as pessoas hoje reconhecem”, considerando que “é um capital que tem que se aproveitar”.

Atualmente, há mais de oito mil voluntários à espera de ser chamados para organizações que necessitem, pelo que a CASES “apela a que as instituições se registem na plataforma Portugal Voluntário e olhem para o voluntariado como algo que tem um enorme potencial”, constituindo “uma mais-valia de facto para enriquecer as práticas das organizações”.

Foi em 2018 que a plataforma Portugal Voluntário foi criada, um ano depois de serem atribuídas as competências do voluntariado à CASES, após auscultar interlocutores privilegiado na área para perceber as lacunas existentes.

Uma das necessidades identificadas foi “a dificuldade de encontrar voluntários”, mas igualmente as questões ligadas ao seguro e à capacitação do voluntariado.

“Na tentativa de dar resposta a estas necessidades, a CASES criou a plataforma Portugal Voluntário, que basicamente é um ponto de encontro entre a oferta e a procura. As instituições que precisam de voluntários dizem qual o perfil que pretendem e quantos voluntários necessitam, estes inscrevem-se, dizendo a área que gostavam de fazer o voluntariado e a sua disponibilidade e a plataforma faz o encontro entre a oferta e a procura”, explica a vice-presidente da CASES, garantindo que a Portugal Voluntário “não veio substituir nada que já existisse, mas apenas que as instituições e voluntários que não estivessem em nenhuma pudessem recorrer a esta”.

A plataforma tem ainda uma parte específica para os mais de 180 Bancos Locais de Voluntariado, estruturas criadas em 2011, “mas muitos não tinham uma ferramenta para gerir a sua atividade e esta plataforma permite isso”, acrescenta.

Na plataforma Portugal Voluntário as instituições podem ainda encontrar uma série de informação essencial, como os seguros que existem, a legislação e é também uma porta aberta para fazer o próprio seguro, que é sempre uma preocupação e um custo para as instituições.

“Inicialmente foi-nos muito sinalizado que o seguro era um constrangimento à prática e, então, a CASES desenhou uma medida de apoio ao seguro para as organizações serem ressarcidas dos custos que têm com o seguro dos voluntários”, sublinha Carla Ventura, lembrando outra medida: “Além disso, também se desenhou uma medida de apoio à capacitação, através de apoios comunitários. Apesar da candidatura que permite ressarcir as organizações do custo com o seguro terminar em junho do próximo ano, a CASES entende que deve manter este apoio com um orçamento específico”.

Para além da plataforma Portugal Voluntário, foi criada uma outra, Cuida de Todos, específica para apoiar as instituições durante o combate à pandemia.

“Na altura em que a Covid se instalou, percebemos que havia muita informação cruzada, os voluntários queriam saber onde podiam fazer voluntariado, as organizações queriam saber onde é que havia voluntários e o que fizemos foi um mapa para que quem precisasse de ajuda soubesse onde é que havia voluntários e quem quisesse ajudar soubesse onde o podia fazer. A necessidade premente foi nos lares de idosos e foi, nessa altura, que criámos o Cuida de Todos”, revela, expressando uma inquietação, que justifica com alguma má perceção em relação ao voluntariado.

“Entre a plataforma Portugal Voluntário e a Cuida de Todos, temos cerca de oito mil voluntários. O que nos falta aqui são ações de voluntariado. Com a Covid, os voluntários tradicionais das organizações foram mandados para casa por causa do risco. Neste momento, porque a Covid ainda cá anda, não temos procura de voluntários, o que constitui uma preocupação para nós. Ou seja, são poucas as organizações que nos estão a pedir voluntários”, lamenta a «vice» da CASES, revelando que este “não é um fenómeno exclusivo de Portugal, estando a acontecer em muitos outros países, exceção feita ao Reino Unido”.

As razões por detrás desta lacuna na colocação de voluntários são várias e algumas históricas, mas algo difusas.

“O voluntariado é uma prática relativamente recente em Portugal e temos ainda uma presença muito forte do Estado na sociedade. Agora, o que conseguimos perceber é que muitas organizações olham para os voluntários, primeiro, como mais uma situação em vão ter trabalho e colocam em causa se têm disponibilidade para preparar e coordenar os voluntários”, refere Carla Ventura, acrescentando: “Há organizações que já percebem, mas muitas mais precisam



de entender que têm muito a ganhar tendo voluntários na sua estrutura. Por exemplo, passear com utentes numa excursão, pintar uma parede, fazer uma apanha de lixo são tudo situações que podem ser feitas através do voluntariado, sem as organizações sobrecarregarem os funcionários”.

O voluntariado, mais do que um encargo, “é uma mais-valia para o quotidiano das instituições”, garante, lembrando que assim, “entram mais na comunidade, dão-se a conhecer a mais pessoas”.

E aceder a este “imenso potencial” que é o voluntariado é totalmente facilitado pela plataforma Portugal Voluntário.

“Basta registar-se na plataforma para que a instituição fique conhecida como sendo promotora de voluntariado e a qualquer momento têm a facilidade de arranjar voluntários dentre os mais de oito mil que estão inscritos. Com este registo, a instituição é reconhecida como promotora do voluntariado e não têm qualquer encargo com os voluntários, porque têm logo direito ao apoio financeiro para o seguro e, de alguma forma, têm também a questão da formação/capacitação assegurada”, explica Carla Ventura, que revela ainda que a bolsa de voluntários cobre o país inteiro, “apesar de as zonas urbanas haver um maior número de voluntários”.



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

# Crise política preocupa pelos atrasos que provocará na cooperação

A Reunião Magna da CNIS tinha como principal ponto da ordem de trabalhos a apresentação, debate e votação do Programa de Ação e do Orçamento para 2022, mas o arranque da mesma foi marcado pela avaliação do momento político que o país vive. Direção da CNIS e representantes das associadas vincaram a sua preocupação e a necessidade de o sector se afirmar num momento em que os portugueses vão a votos. Uma coisa, para já, parece certa, é que a incerteza política provocará, com certeza, atrasos na cooperação.

A CNIS reuniu em Assembleia Geral, em Fátima, no dia 27 de novembro, num encontro em que a Direção viu aprovados, por esmagadora maioria (apenas uma abstenção), o Programa de Ação e o Orçamento para 2022.

Antes de apresentar os destaques do Programa de Ação, o vice-presidente Eleutério Alves enquadró o momento em que o documento foi elaborado, sublinhando que, “neste tempo de programar e fazer planos para a vida e atividade da CNIS e das suas associadas para o ano de 2022, somos confrontados com diversas situações, umas já realidade e outras fortemente previsíveis, que garantidamente irão condicionar no próximo ano a vida do Sector Social Solidário em particular e dos portugueses em geral”.

O dirigente antevê dificuldades nas negociações com o Estado, até porque “2021 termina com o Parlamento dissolvido, com um Governo em gestão, limitado nas suas competências, sem orçamento aprovado e sem capacidade negocial com o sector para aprovar a adenda e os acordos de cooperação”, pelo que “o ano de 2022 afigura-se não ser ainda o ano de retoma da normalidade pré-pandémica”.

No entanto, há, desde já, uma certeza: “Vamos iniciar 2022 e percorrer, pelo menos um terço do ano, com o Estado desarrumado, condicionado e a adivinhar-se inoperante, funcional e institucionalmente, situação que se vai tornar complicada para o nosso sector”.

Por isso, para Eleutério Alves, “toda esta conjuntura externa adversa aos interesses do sector vai, uma vez mais, limitar e condicionar a ação das nossas instituições quer no funcionamento das respostas sociais onde a problemática da saúde mental e o aumento das dependências que a mesma pandemia agudizou, quer na gestão das expectativas criadas em termos de resultados da nossa ação para o ano de 2022”.

E se em relação ao Estado e à pandemia o vice-presidente da CNIS disse estar apenas a “projetar cenários com alguma incerteza”, outras situações já se afiguram como certezas: “É certo que o Sector Social Solidário terá à sua disposição algum apoio financeiro através



do Programa de Recuperação e Resiliência, verbas que, no entanto, se mostram já insuficientes para as candidaturas que as instituições já efetuaram e irão ainda efetuar ao longo de 2022, conforme as candidaturas forem abrindo, e também do Programa 20-30 quando o mesmo estiver disponível, já que ainda está, nesta altura, em fase de discussão pública. Por outro lado, também é já certo que no próximo ano vamos ter o salário mínimo a ultrapassar os 700 euros e a arrastar a grelha salarial para cima, vamos ter aumento de todas as formas de energias, eletricidade, gás e combustíveis e ainda os bens de primeira necessidade, e todos estes custos são estruturantes na contabilidade e gestão das nossas instituições”.

E no meio de tanta incerteza e algumas certezas, a Direção da CNIS prevê, desde já, que o sector vai “continuar a ter uma fraca participação da Segurança Social no custo das

valências, uma provável diminuição das participações familiares dos utentes e tudo isto está já a preocupar” todos os dirigentes das instituições associadas.

Apesar do cenário, Eleutério Alves garantiu que a CNIS irá, em 2022, “procurar e encontrar os caminhos certos que nos conduzam aos resultados desejados”.

Mais à frente na reunião, o padre Lino Maia informou que, nos próximos dias, a CNIS e a União das Misericórdias terão um encontro com o Governo no qual vão “tentar que haja uma antecipação de um reforço da cooperação”, pois “só lá para julho/agosto é que poderão haver atualizações sérias” em virtude da situação política do país.

O líder da CNIS lembrou que “até 2019 houve uma degradação da comparticipação pública e dali para cá começou a subir um pouco, muito pouco, invertendo a orientação anterior”.

Neste sentido, o padre Lino Maia deixou uma





garantia às associadas: “Só assino a revisão do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social se lá estiver que o Estado, no mínimo, terá que comparticipar 50% em geral, porque há valências que requerem mais, como é o caso das casas de acolhimento que tem que ser 100%”.

De seguida, o presidente da CNIS qualificou o Orçamento do Estado (OE) chumbado de “perigoso”, reforçando uma ideia que há muito vem defendendo: “É importante que o OE tenha um imposto endossado à proteção social, ou seja, mais dinheiro para as nossas instituições”.

Depois, informou as associadas que a CNIS vai contactar todos os grupos parlamentares para lhes fazer chegar as preocupações do sector e as principais ideias que considera “essenciais no apoio do Estado ao sector”.

A reunião magna da CNIS decorreu de forma tranquila e sem grandes confrontos de ideias, mas, ainda assim, houve debate e muitas

queixas das instituições, especialmente, pela forma como a Segurança Social continua a tratar as IPSS e também sobre o momento político que Portugal atravessa.

Neste âmbito destacaram-se duas intervenções. Alfredo Cardoso, da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga, instigou a assembleia a tomar uma posição forte, nesta fase de indefinição político-governativa, reafirmando as exigências do sector.

“Esta é a Assembleia Geral que deve reafirmar a nossa exigência junto do novo governo, pelo que temos que tomar posições concretas”, sustentou Alfredo Cardoso.

Por outro lado, em estreia nas reuniões magnas da CNIS, Narciso Miranda, do Centro de Apoio à Terceira Idade, de S. Mamede Infesta, começou por lembrar que “não tem havido reconhecimento do intenso trabalho que as instituições fazem” para depois lançar um desafio à assembleia: “Precisamos de nos preparar para no futuro próximo provocarmos um sobressalto para que o governo, seja ele qual for, não olhe só para os números, porque por detrás destes estão pessoas”.

Nota final para o voto de pesar e gratidão ao padre Fernando Abreu, fundador do Lar Familiar Tranquilidade, da Vila das Aves, que faleceu na passada semana.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

## DESTAQUES DO PROGRAMA DE AÇÃO 2022

A celebração do Dia da CNIS, que se assinala a 15 de janeiro, abre o vasto rol de iniciativas que a Direção prevê e pretende executar no próximo ano. A data que marca os 41 anos da CNIS será assinalada com a realização de um seminário sobre o Projeto TFA, que a CNIS tem levado a efeito em colaboração com a academia de Aveiro, Coimbra e Porto.

No segundo semestre de 2022 está prevista a realização do VI Congresso Temático e, ainda sem data marcada, será apresentado o anuário resultante do projeto de investigação «Como promover a prestação de contas, numa perspetiva social, económica e financeira, no setor da economia social: o caso das IPSS», que acontecerá durante a realização de um seminário.

Estão também previstos seminários sobre temas como «Planeamento estratégico», «Avaliação de impacto», «Gestão de pessoas», «Direito do trabalho», «Contratação pública» e «Gestão financeira» e encontros com as IPSS associadas que desenvolvem respostas sociais de ERPI, Centro de Dia, Centro de Convívio, SAD, CATL e Casa de acolhimento, para as quais se prevê alteração legislativa.

A CNIS vai igualmente agendar quatro webinars sobre a questão da gratuidade de frequência em creche para crianças do 1º e 2º escalões e

promoverá ainda ações de formação e-learning sobre «Técnicas de posicionamento, mobilização, transferência e transporte», «Abordagem biológica, psicológica, social e cognitiva do envelhecimento», «Estado de saúde - abordagem geral em contexto domiciliário» e «Desenvolvimento de crianças e jovens», «Educação artística - expressão dramática/teatro».

Mais específico para a área da deficiência, a CNIS pretende promover um encontro de reflexão sobre o MAVI (Movimento de Apoio à Vida Independente).

De resto, a CNIS irá fazer o acompanhamento e fornecimento de informação sobre programas de interesse para as instituições no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, tal como, no segundo semestre, o acompanhamento e avaliação da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

Estão ainda previstos dois encontros para a apresentação e explicação às instituições associadas da Adenda ao Compromisso de Cooperação 2021-2022.

Estes são alguns destaques de uma série de iniciativas previstas para o ano que se avizinha.



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA  
Economista



# O valor dos compromissos

O mundo tem assistido nos últimos tempos a profundas mudanças provocadas pela evolução da tecnologia, nomeadamente pela contribuição dada pela facilidade de comunicação a nível planetário.

As mudanças também aconteceram nos comportamentos sociais, designadamente no mundo do trabalho, muito especialmente na sequência da crise provocada pela pandemia de que a comunidade ainda não foi capaz de erradicar. O certo é que toda a evolução verificada tem arrastado consigo instabilidade, incerteza, dúvida e angústia.

Vejam algumas características recentes das sociedades modernas.

Em primeiro lugar, as sociedades são cada vez mais complexas, mais fragmentadas e apresentam-se com muito maior diversidade e mobilidade. Como consequência, vão surgindo novas formas de organização, que exercem pressão sobre os centros de decisão para que os processos de elaboração de políticas públicas sejam alargados a novos participantes. O impacto das redes sociais na nossa vida quotidiana é a face mais visível desta evolução.

Em segundo lugar, o crescente nível de interdependência entre tudo e todos faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos porque há que ter em consideração diferentes tipos de interesses, tantas vezes antagónicos entre si. Por isso, uma adequada perceção do risco, associado à efetiva concretização das decisões, exige que se conheça bem as motivações e as interações entre os agentes envolvidos.

Em terceiro lugar, a ideia de que os governos geriam um dado território delimitado por fronteiras físicas pertence definitivamente ao passado. A crescente interdependência que se verifica à escala planetária, também chamada de globalização, obriga a que diferentes formas de interação se organizem por todo o lado.

Em quarto lugar, o tempo presente obriga os governos a acompanhar e a tentar perceber e antecipar os interesses dos grupos na sociedade. A atitude adaptativa, que consiste em reagir às situações apenas quando elas se transformam em problemas, tem como resultado respostas insuficientes, tardias e atabalhoadas, porque no momento em que se reage, normalmente o leque de opções é já muito reduzido.

Todas estas características que marcam a evolução das sociedades nos tempos mais recentes – mais complexidade e dinamismo, maior mobilidade e fragmentação; crescentes interdependências;

diminuição do papel das fronteiras físicas; e, aumento da imprevisibilidade – apontam, na minha opinião, para a vantagem do reforço dos mecanismos de diálogo estruturado.

Por diálogo estruturado entendo as formas de diálogo que conduzam a exercícios de concertação e de compromisso, que funcionem como método permanente de governação, sujeito a regras próprias aceites por todos os intervenientes. Assim, não vejo no diálogo estruturado um ritual, mas um instrumento que seja parte de uma nova forma de governar, que complete os mecanismos da democracia formal.

Se a democracia formal é um terreno de confrontação natural entre maiorias e minorias, sendo que estas últimas têm como ambição serem um dia maioria, nos processos de diálogo estruturado as coisas passam-se de forma diferente. Nesta sede não se procuram vencedores, nem vencidos, mas antes a busca do compromisso, o que é algo de novo no processo democrático liberal. Sabemos que a conflitualidade faz parte da vida de qualquer sociedade. Do que se trata aqui é de privilegiar um método que permita resolver os problemas daí decorrentes, não por imposição, mas através do compromisso.

Assim, os processos de diálogo estruturado não podem ser vistos nem como uma tentativa de neutralizar o confronto ideológico, nem como um processo concorrente com os mecanismos da democracia formal. No nosso tempo quem tem funções de poder ou é capaz de convencer, ou vai enfrentar uma grande resistência para ser legitimado, o que significa que a legitimidade dada pelo voto popular não é suficiente e tende a ser cada vez mais efêmera. Hoje, a legitimidade política é cada vez mais a consequência da

capacidade em estabelecer formas de relacionamento que conduzam a compromissos com outros atores da vida política económica ou social. A legitimidade política obtida por sufrágio eleitoral só poderá sair reforçada se o poder político for capaz de se relacionar e saber articular as decisões que toma com outros tipos de poderes. Não perceber isto é não perceber o tempo que vivemos.

A preocupação com a busca do compromisso tem consequências diretas na forma como o poder político é exercido. A este respeito, ganha força a ideia de quem manda não é necessariamente quem mais sabe, nem quem está mais acima. No nosso tempo quem tem funções de poder ou é capaz de convencer, ou vai enfrentar uma grande resistência para ser legitimado.

Eu estou convencido que as novas gerações vão ser capazes de transformar o País para melhor. Há sinais claros que permitam este meu otimismo.

As novas gerações mais qualificadas já intuam que a conectividade e o trabalho em rede são a base decisiva para o progresso. Também já intuam que o crescimento económico está a ser impulsionado pelas novas tecnologias de informação, pela inovação, pela sociedade do conhecimento e pelo desenvolvimento de produtos de alta tecnologia e para entrar neste ciclo não é preciso ter grandes massas de terra, muitas matérias-primas ou valiosos recursos naturais.

A nova geração já percebeu e está a aplicar na prática a ideia de que para ser bem-sucedido o mais importante é estabelecer contactos, parcerias e compromissos sólidos com outro. Se da nova geração são cada vez mais os que já perceberam isso, acredito que a classe política não terá outro remédio senão seguir o exemplo.





HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



# O princípio da incerteza

**1** - Embora paradoxalmente num contexto diverso, e ao arrepio das suas próprias expectativas, acabou por se verificar o cenário que o Presidente da República convocara como a sua via de saída da crise política em que o País se encontra: o surgimento de uma alternativa verdadeira e própria, segundo as sondagens, em que deixou de ser considerada uma inevitabilidade duradoura uma vitória do bloco político polarizado no PS, à minguada de uma oposição que fosse, como é mister, uma solução alternativa de Governo.

Com efeito, e deixando de lado eventuais alinhamentos das forças políticas situadas nas margens, direita e esquerda, do espectro partidário, isto é, indo ao osso, parece seguro que o próximo combate eleitoral de 30 de Janeiro se traduzirá, no essencial, em saber se ganha as eleições o PS, ou se quem as vence é o PSD.

Não sendo antecipadamente previsível saber quem as vencerá – este o facto novo.

Segundo as sondagens, evidentemente; mas também segundo uma espécie de convicção que se vai insinuando nos espíritos, de que a eleição de Rui Rio nas directas do PSD representa o ascenso ( para utilizar um vocábulo em desuso, mas que fazia parte, há algumas décadas, da linguagem do Partido Comunista) de um político diferente, mais próximo das bases e vinculado às virtudes republicanas da modéstia e da honestidade pessoal.

Sendo ou não verdadeira essa vinculação, o certo é que a percepção dela se encontra instalada; e, como dizia Salazar, “em política, o que parece, é.”

As aparências não iam nesse sentido.

A interpretação mais atenta das sucessivas intervenções do Presidente da República não sugeria esta via saída do bloqueio institucional.

Justa ou injustamente, a percepção dominante era a de que Marcelo Rebelo de Sousa apostara as suas fichas numa vitória de Paulo Rangel – e, a partir dessa circunstância, na reconstituição de um bloco de direita que pudesse ser encarado como uma alternativa viável a António Costa e à Geringonça.

Afinal, foi a vitória de Rui Rio que, por caminhos imprevisíveis, e “a contrecœur”, veio conferir densidade, e viabilidade, a esse desejo presidencial.

**2** – Nada disto tira razão, indo ao fundo, à teoria presidencial de que constitui um bom princípio dos regimes democráticos o princípio da incerteza – quer dizer, a noção, que os governantes nunca podem perder, de que o exercício do mando é, na República, um estatuto precário e sujeito, permanentemente, ao escrutínio dos cidadãos que os elegeram.

(Os nossos representantes estão contratados a prazo – e é bom que assim seja ...)

São vários, na verdade, os caminhos que vão dar a Roma – e o que importa é lá chegar.

Mas, para quem, como é o caso do autor desta crónica, está na varanda a ver passar a procissão,

é interessante ver quem vai nela, e como nela se move.

Já por várias vezes, nestas crónicas, o referi: gosto mais de governos fracos, como que a pedir-nos licença para exercerem a autoridade; sempre de mansinho, com ar de quem se afaz ao dono, ao povo eleitor.

E tenho mais prazer, como regra, em ver cair Governos, do que vê-los a ser investidos, de fresco.

Em geral, tenho mais vontade de castigar do que expectativas de melhoria.

O “Expresso” do fim de semana em que escrevo a crónica informa que Rui Rio elegeu os reformados e os funcionários públicos como foco da campanha eleitoral.

É uma escolha sensata.

Como nunca é demais lembrar, e foi mesmo lembrado na crónica do mês passado, foram esses grupos sociais que mais foram penalizados durante o Governo da troika, com cortes nas pensões de aposentação e de reforma e com ablações salariais; e não só no plano material: a ofensiva contra esses grupos, e principalmente contra os reformados, foi acompanhada de um discurso de marginalização da vida civil e de desconsideração do seu estatuto, de que a expressão de um deputado, qualificando os reformados de “peste grisalha”, constitui a alegoria mais infame.

Foram eles que contribuíram para António Costa ter sido ungido, em 2015.

É certo que Rui Rio já então prosseguia um discurso distinto e de demarcação relativamente ao da então direcção política do seu partido, que estava alinhada com os credores internacionais – e foi com ele que se candidatou à sucessão de Pedro Passos Coelho.

Mas a memória ainda fresca das malfeitorias que atingiram os reformados e os funcionários públicos recomenda, com efeito, que se saliente que o tempo é agora de reparar as injustiças que afectaram esses mesmos sectores – que era alegado viverem a parasitar o Estado, e a “roubar” os jovens, como é voz comum dos neoliberais.

**3** – Essa escolha é também acertada pela razão de que, como se sabe, é a classe média que faz inclinar a balança eleitoral, umas vezes para o PS, outras, para o PSD.

Ora, a Função Pública constitui o grande viveiro da classe média, o mesmo sucedendo com os reformados com pensões medianas, correspondendo, em regra, a maiores habilitações.

E o PS de António Costa acabou por constituir Governo, em 2015, com a promessa de “virar a página” e de restaurar o estatuto da classe média.

Mas essa promessa não foi, na verdade, cumprida.

É certo que tem havido, nestes últimos anos, alteração do valor das pensões.

Todos os anos a propaganda oficial nos inculca a noção de que essa alteração representa o aumento geral das pensões.

Mas tal não é verdade.

Por exemplo, o Governo acaba de anunciar aprovar os novos valores das pensões – e a imprensa refere, como título, que as pensões vão aumentar 1%.

Como se aumentassem todas nessa medida.

Mas tal actualização aplica-se apenas às pensões até 886 euros – não obstante a proclamação do aumento geral; a actualização das pensões entre 886 euros e 2659 euros é apenas de 0,49%; entre 2659 e 5318, é de 0,24%; e acima de 5318 euros não há qualquer alteração, mantendo-se o mesmo valor desde há vários anos.

Quer isto dizer que as pensões acima de 886 euros têm continuado a sofrer a erosão do aumento do custo de vida, acima da actualização das pensões – e tem sido assim desde 2015, mantendo a degradação das condições de vida dos seus titulares, continuando a ofensiva do tempo da troika.

Também pode haver quem cuide que as pensões acima de 5318 euros são elevadas – e que não merecem, por tal razão, ser aumentadas.

O que tem sido o caso nos últimos anos.

Mas a lógica intrínseca do sistema de pensões tem que ver com a sua base contributiva, quer dizer, as prestações substitutivas dos rendimentos do trabalho, como as pensões, devem assegurar, desejavelmente, o trem de vida mantido enquanto trabalhadores no activo – já que é sobre os rendimentos do trabalho que incidem as contribuições da Taxa Social Única.

Isto é, as pensões de quem descontou mais devem ser superiores às de quem descontou menos.

Só assim é possível manter o esforço contributivo dos trabalhadores, garantindo-lhes que, quando cessar a sua vida activa, terão uma reforma correspondente a esse esforço contributivo.

Não se discorda da actualização das pensões mínimas, que tem sido levada a cabo pelo Governo, com o apoio do PCP.

Mas tal actualização, para combater a pobreza, enquanto função do Estado, deverá ser coberta pelo Orçamento do Estado; não pela descapitalização da Segurança Social, à custa das contribuições de trabalhadores e empregadores, que deverão ser mantidas para as obrigações do regime contributivo.

**4** – Por mim, até podia haver eleições todos os anos.

E as melhores são aquelas em que não se sabe antecipadamente quem ganha!



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO BOMBARRAL

# Há 75 anos a apostar na felicidade daqueles que acolhe

A assinalar 75 anos de serviço à comunidade, o Centro Social Paroquial do Bombarral prepara-se para homenagear o seu fundador com a atribuição do seu nome à nova designação da instituição. No entanto, encontrar uma resposta alternativa ao atual Centro de Dia, que não responde à procura, é o grande projeto futuro, nesta fase ainda em estudo prévio. Já quanto à luta que tem sido o combate à pandemia, que até agora não causou baixas na instituição, nem qualquer infetado entre os idosos, o diretor-técnico Filipe Sales deixa um enorme elogio à equipa de funcionários, que tem sido “incansável” e “inexcedível”.

Data do ano de 1946 a fundação do Centro Social Paroquial do Bombarral, tendo a instituição assinalado, neste ano que agora termina, 75 anos de serviço à comunidade.

“O padre Fernando Diogo, com visão de empreendedorismo social, como se diz hoje, olhou para a necessidade de educar as meninas que não tinham onde ficar e decidiu avançar com uma resposta onde pudessem ser acolhidas e educadas enquanto os pais trabalhavam no campo”, conta Filipe Sales, diretor-técnico da instituição, acrescentando: “Foi a partir daí que tudo nasceu. A partir da paróquia, um conjunto de pessoas voluntárias formaram esta atividade de assistência social”.

Para Filipe Sales, “como em qualquer casa, o que faz a diferença é a primeira pedra e, aqui, a primeira pedra foi forte, firme e alicerçada num sítio que é ainda hoje um local emblemático da instituição e onde funcionam as respostas sociais ligadas à infância”.

Depois de nos anos 80 do século passado a instituição se abriu à área da terceira idade, com a criação de um lar que funcionava nuns pré-fabricados, a posterior construção, em 2003, do equipamento onde hoje funciona a ERPI e o Centro de Dia, no ano de 2013 a instituição sofreu nova ampliação, desta feita no edifício onde tudo começou, “mas não se quis beliscar a simbologia do edifício, que mantém a traça original”.

“O primeiro grande marco na história destes 75 anos é a fundação da instituição. Depois, todos os passos que têm sido dados têm sido muito sólidos, muito conscientes de onde viemos para nunca desvirtuar aquilo que são os princípios desta casa. Temos vindo a crescer significativamente, nascemos da paróquia, crescemos, emancipámo-nos e hoje são 75 funcionários, para além de outros benfeitores voluntários”, argumenta o diretor-técnico, que sublinha um aspeto importante no crescimento da instituição ao longo dos anos: “Quero destacar o inconformismo das Direções da instituição em procurar servir mais e melhor a comunidade. Isto é muito importante, ou seja, não ficar



acomodado. O presidente, o cónego Mário Pais, dizia noutro dia que 75 anos não é tempo para ficar de pantufas no sofá, 75 anos de uma instituição é tempo para continuar a procurar mais e melhor forma de servir a comunidade”.

E se o propósito da instituição é proporcionar felicidade aos que acolhe da comunidade, esta, segundo Filipe Sales, é reconhecida.

“Sentimos um grande carinho da comunidade, desde logo, pelo serviço de utilidade pública que prestamos, mas também no papel social que desempenhamos no que toca à criação de emprego. Posso garantir que estamos nos cinco maiores empregadores do concelho. E julgo que toda a comunidade nos reconhece, pois toda a gente já teve um filho que passou por aqui ou um avô ou um vizinho que esteve cá”, afirma.

Apesar do “brutal” aumento da despesa a propósito da pandemia, Filipe Sales defende que a

instituição “está sólida do ponto de vista financeiro”, explicando que as Direções não põem pé em ramo verde.

“Em todos os projetos que a instituição empreendeu houve sempre uma razoabilidade e até um discernimento prévio para acautelar a sustentabilidade financeira da casa. Temos essa preocupação e os passos que queremos dar no futuro serão sempre acautelando o cofinanciamento – existem capitais próprios para investimento, mas queremos acautelar para que haja uma participação financeira –, mas também no próprio funcionamento da instituição. Não queremos criar um edifício ou uma resposta social, que até pode ter sido cofinanciada, cujo funcionamento não seja sustentável”, sublinha, lembrando que a política da casa é que cada valência seja autosustentável: “Uma preocupação que temos é que cada resposta social seja sustentável de per si.





Não queremos olhar apenas para a demonstração de resultados global, porque isso, por vezes, pode não ser muito acertado”.

Assim, a instituição olha com otimismo o futuro, tendo já em marcha um projeto que financeiramente não será problemático, mas que é de grande importância para todos os que sentem a instituição.

“O projeto que temos em mãos é para alteração da designação da instituição e é um projeto muito grande, não só do ponto de vista administrativo, mas, mais do que isso, porque entendemos que é uma forma de evocar a memória do fundador da nossa instituição. É de elementar justiça que o façamos, até de forma a salvaguardar esta memória e, assim, as novas gerações conheçam o trabalho social empreendido nos anos 1940 pelo nosso fundador. Não virá nos livros de história de Portugal a menção ao saudoso padre Fernando Diogo, mas é importante que na história local fique perpetuada esta memória. Nesse sentido, pretendemos alterar a designação da instituição para Centro Social Padre Fernando Diogo”.

Por outro lado, o Centro de Dia, desde que a pandemia chegou, tornou-se um problema, que a instituição pretende resolver o mais breve possível.

“Estamos preocupados com o Centro de Dia pelo que tencionamos criar uma resposta que cubra esta necessidade, aproveitando, talvez, os fundos do PRR”, refere o diretor-técnico, que explica a situação: “O Centro de Dia é o grande desafio que a instituição tem, ou seja, como conseguir dar resposta às necessidades dos utentes, porque, neste momento, o que temos são 10 utentes para uma capacidade de 30, mas, embora exista muita procura, não conseguimos dar resposta por força das imposições da pandemia”.

O Centro de Dia funciona no equipamento que acolhe a ERPI, pelo que não é exequível funcionar com mais de uma dezena de utentes.

“O que acontece é que houve um aumento significativo da procura de Centro de Dia, sobretudo, no último ano e meio, porque as famílias tentam combater o isolamento dos idosos e a forma que encontram mais eficaz é o Centro de Dia”, começa

por dizer, acrescentando: “Não temos ilusões de que as coisas voltem a ser o que eram em termos de proximidade física, o que queremos é apostar num projeto diferenciador, numa nova resposta social, no fundo, aproveitando a oportunidade do PRR. Neste momento, como disse, estamos em fase de anteprojecto”.

Por outro lado, há muita procura do Bombarral para residir. Mas muitos jovens casais deparam-se com a dificuldade de encontrar vagas em creche, o que condiciona muito a sua fixação no concelho.

Atualmente, o Centro Social Paroquial do Bombarral acolhe 65 crianças em pré-escolar e 64 em creche. No entanto, nesta última resposta social a capacidade é para 80 crianças, pelo que a instituição tem 16 vagas por preencher, apesar da grande procura.

“Quando a nova creche foi construída em 2013 foi estabelecido um acordo de cooperação onde estava consagrada a capacidade de 80 crianças, mas só 64 vagas ficavam cobertas pelo acordo. Por nossa iniciativa não chegamos às 80 crianças, porque senão vamos ter 16 utentes que não estão abrangidos pelo acordo. Noutros locais, como em Lisboa ou o Porto, há instituições que têm utentes com acordo e outros sem acordo, mas se aqui fizéssemos isso seríamos acusados de fazer a seleção das pessoas! No fundo, haveria utentes de primeira e os de segunda e não é isso que queremos”, conta Filipe Sales, avançando que a instituição anda há quatro anos a tentar alargar as vagas com acordo.

“O que a Segurança Social diz é que até estarem cobertos os acordos de cooperação a nível de 80% da capacidade instalada no país todo não fazem alargamento. Só que a realidade do Bombarral é muito diferente de outras zonas do país e, no entanto, a procura existe e mais vagas tivéssemos e estariam preenchidas”.

Com as IPSS no olho do furacão da pandemia Covid-19, a experiência do Centro Social Paroquial do Bombarral tem sido, até ao momento, tranquila e sem grandes sobressaltos.

“Do ponto de vista da saúde, felizmente, tivemos poucos casos. Tivemos colaboradores

infetados que nem sequer estavam ao serviço, eu fui um desses casos, mas estava de férias. Tínhamos um motivo de preocupação, mas, felizmente, não tivemos um único utente com Covid em ERPI. Tivemos dois casos no Centro de Dia. Como este é acoplado ao lar, implementámos o procedimento de testagem no primeiro dia da semana e dois utentes testaram positivo, mas não chegaram a entrar na instituição. Testaram-se todos os demais utentes das duas valências e deu tudo negativo”, afirma com satisfação, referindo que a situação na área da infância também não levantou grandes problemas: “Na creche e pré-escolar temos tido, pontualmente, algumas salas em isolamento, mas nunca foi além dos próprios utentes em causa, nunca tivemos um surto”.

Porém, Filipe Sales identifica um efeito grave que a pandemia teve e tem sobre os utentes idosos.

“Do ponto de vista da saúde mental, isto deixou marcas incríveis. Aliás, notamos uma perda de facultades por parte dos nossos idosos muito evidentes. Era apanágio desta casa até 13 de março de 2020 haver muitas atividades no exterior e com a interrupção dos contactos com as famílias e com a impossibilidade de fazerem as saídas ao exterior há de facto uma regressão das capacidades dos nossos utentes em termos cognitivos”, sustenta.

Recordando a luta que tem sido travar o vírus, o diretor-técnico desfaz-se em elogios às funcionárias da instituição.

“Têm sido fantásticas as nossas funcionárias, também elas com as dificuldades em casa, e, apesar da sobrecarga, foram incríveis. As coisas estão a correr bem desde março de 2020 graças às nossas funcionárias que são inextinguíveis”, assevera, deixando um lamento: “Há reconhecimento por parte da sociedade e por parte da tutela, mas estas pessoas precisam de mais do que esse reconhecimento. Era de elementar justiça que, do ponto de vista salarial, houvesse uma retribuição que se coadunasse com o trabalho que estes trabalhadores desenvolvem. As pessoas têm noção de que a instituição não pode pagar mais se não houver da parte de quem está lá em cima esse reconhecimento e o dar instrumentos à gestão diária e, assim, as instituições possam retribuir às pessoas aquilo que elas merecem”.

E como seria Bombarral sem o Centro Social Paroquial?

“Acima de tudo, o Bombarral é feito de gente solidária. Se em 1946 não tivesse sido criado, pela Providência Divina, o Centro Social Paroquial do Bombarral, certamente, a comunidade teria criado uma outra resposta social, pois é impensável pensar o Bombarral sem a resposta social que a nossa instituição presta”, defende Filipe Sales.





Servimos bem-estar.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÔNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, N.º 10 - 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

# Maioria das pensões vai ter aumentos em janeiro

A maioria das pensões vai ter aumentos entre 1% e 0,2% em janeiro de 2022, de acordo com cálculos feitos com base na estimativa rápida dos valores da inflação de novembro, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Segundo a estimativa rápida, a inflação média dos últimos 12 meses, sem habitação, referente a novembro, foi de 0,99%, o que permite definir a atualização automática das pensões no próximo ano, numa fórmula que tem em conta a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dois anos.

A lei determina que quando aquela taxa de crescimento do PIB é inferior a 2% (como sucede atualmente), as pensões mais baixas, até dois Indexantes de Apoios Sociais (IAS), sejam atualizadas em linha com aquele referencial de inflação, arredondada a uma casa decimal.

Assim, com base na estimativa rápida do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em janeiro de 2022, as pensões até 2 IAS, ou seja, até 886,40 euros vão aumentar 1% (inflação sem habitação arredondada a uma casa decimal).

Já as pensões entre duas e seis vezes o valor do IAS (entre 886,40 euros e 2.659,20

euros) vão ser atualizadas em 0,5% (inflação sem habitação arredondada a uma casa decimal subtraída de 0,5 pontos percentuais).

Por sua vez, as pensões entre seis e 12 vezes o valor o IAS (entre 2.659,20 euros e 5.318,40 euros) terão uma atualização de 0,2% (inflação sem habitação arredondada a uma casa decimal subtraída de 0,75 pontos percentuais).

Para pensões acima do valor de 12 IAS não há aumentos.

O valor do IAS será de 443.20 euros em 2022, segundo os cálculos que decorrem da estimativa rápida para a inflação de novembro do INE.

O diploma que define as regras de atualização das pensões e de outras prestações sociais prevê que se tenha em conta o crescimento médio anual do PIB dos últimos dois anos, terminados no terceiro trimestre, e da variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem habitação, disponível em dezembro, ou em 30 de novembro, se aquele valor não estiver disponível à data da assinatura do diploma de atualização.

O INE publica em 14 de dezembro o valor final do IPC relativo a novembro, confirmando



ou revendo a estimativa rápida divulgada.

Ao longo destes últimos anos, o Governo tem procedido a um aumento extraordinário até 10 euros das pensões mais baixas (2 IAS), sendo este efetuado por via do Orçamento do Estado.

Em 2022, e na ausência de um OE pronto para entrar em vigor em janeiro, este aumento extra não acontecerá, uma vez que a proposta de OE2022, que previa um aumento desta natureza, foi chumbada na votação na generalidade em 27 de outubro.



**SOLIDÁRIOS CONSIGO  
DESDE 1995**

**CNT** CONTABILIDADE ESNL

**UTC** UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

**IMO** IMOBILIZADO ESNL

**PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC

**ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS

**PCM** PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL

**LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE

**CP** CONTROLO DE PRESENÇAS

**ORD** ORDENADOS

**US** UNIDADES DE SAÚDE (ADSE / ARS)

**GI** GESTÃO DE IMÓVEIS

**ACC** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO

**ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

entre outras

+ de 40 Aplicações

100% de Satisfação

+ de 900 Clientes

GRÁTIS Demonstrações sem Compromisso

Assistência Remota

Formação online

MORADA  
Rua dos Cipriões, 2556  
4835-044 Guimarães

TELEFONE (+351) 253 408 326  
TELEMÓVEL (+351) 939 729 729  
EMAIL: tsr@tsr.pt

ENCONTRE-NÓS EM  
[www.tsr.pt](http://www.tsr.pt)







## OBSERVATÓRIO NACIONAL DO ENVELHECIMENTO

# Nasce no próximo ano para estudar os idosos

O Observatório Nacional do Envelhecimento vai nascer até julho de 2022, na Escola Profissional Cândido Guerreiro, em Alte, Albufeira, conforme foi anunciado em novembro. O Observatório Nacional do Envelhecimento é um Projeto promovido pelo ABC – Algarve Biomedical Center – que junta várias entidades públicas e privadas e pretende ser uma incubadora de medidas para promover um envelhecimento saudável da população.

O Observatório juntará três centros académicos: a Universidade do Algarve, através do Algarve Active Ageing; a Universidade do Porto, com o Porto4Ageing e a NOVA Medical School, de Lisboa, com o Lisbon AHA – Centro de Referência para o Envelhecimento Ativo e Saudável. A apoiar o projeto estão, ainda, 14 instituições públicas e privadas: a Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica (AICIB), a Algardata, a Câmara Municipal de Loulé, a CCDR Algarve, a Daylife, a companhia

de seguros Fidelidade, a Fundação INATEL, a Fundação Vasco Vieira de Almeida, a Garvetur, a Laboral e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, presente na apresentação, considerou que, com o Observatório Nacional do Envelhecimento, Portugal “vai poder ter instrumentos fidedignos, científicos, que permitam ter indicadores para agir de forma eficaz e que responda às necessidades reais das pessoas, promovendo o envelhecimento ativo e saudável. O objetivo é identificar as necessidades do ponto de vista de respostas sociais, através de equipas de acompanhamento e de combate ao isolamento, para mobilização dos vários instrumentos financeiros que neste momento temos à disposição”, referiu a ministra.

Por seu turno, o coordenador do ABC, Nuno Marques, indicou que o observatório, que deverá

entrar em funcionamento em julho de 2022, pretende recolher, analisar e disponibilizar indicadores estatísticos que permitam a monitorização da população ao longo do ciclo de vida em todo o território nacional, dispondo de grande capacidade computacional para gerir dados em diversas áreas, como do desemprego, trabalho, saúde e ação social.

“O observatório terá um grande desafio e responsabilidade a nível nacional de promover o conhecimento científico nesta área, pois a sua missão é fazer o levantamento, identificar as áreas chave com dinamismo populacional e avaliar as políticas públicas e privadas de resposta ao envelhecimento”, avançou.

O responsável adiantou que até março de 2022, “terá de ser bem definido o que este observatório vai fazer”, prevendo que o primeiro relatório possa sair até ao final do próximo ano”.

## 880 MIL TRABALHADORES ABRANGIDOS

### Salário mínimo sobe para 705 euros em 2022

O Governo aprovou a subida do salário mínimo para 705 euros a partir de 01 de janeiro, bem como os apoios às empresas para estes aumentos.

Na conferência de imprensa que se seguiu ao Conselho de Ministros, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, deu conta da aprovação do aumento do salário mínimo nacional (SMN) para 2022 para 705 euros, “na sequência da auscultação dos parceiros sociais”, cumprindo o compromisso assumido em 2015 e renovado em 2019 para “chegar a 2023 com 750 euros”.

O Governo aprovou ainda um “apoio excepcional” às empresas para levarem a cabo este aumento, de 112 euros por trabalhador. “Com este aumento do salário mínimo nacional de 40

euros, em 2022, temos o maior aumento absoluto de sempre do salário mínimo, o que significa que, se fizermos uma análise desde 2015, temos um aumento de 200 euros do salário mínimo nacional, face a 2015”, realçou a ministra Ana Mendes Godinho.

A perspetiva do Governo, prosseguiu, é a de que este aumento abranja cerca de 880.000 trabalhadores. “À semelhança daquilo que foi feito em 2021 e face ao enquadramento e às circunstâncias que vivemos neste momento, nomeadamente associadas à pandemia, voltamos a aplicar - e também hoje foi aprovado - um apoio excepcional às entidades empregadoras que têm trabalhadores com o salário mínimo”, explicou a governante.

Assim, será pago uma única vez o valor 112

euros por trabalhador às entidades empregadoras e está ainda previsto um outro apoio de 56 euros no caso de trabalhadores que se situem num intervalo de remuneração entre 665 euros - o salário mínimo nacional este ano -- e 705 euros.

Este ano foi ainda introduzido um mecanismo diferente, “excecional”, explicou a ministra, por forma a “valorizar as entidades empregadoras” que, em 2021, por via da contratação coletiva, aumentaram o salário mínimo acima do valor legalmente estabelecido para 2021.

“Nessas situações, serão abrangidos pelo apoio na totalidade, os 112 euros por cada trabalhador, relativamente a todos os trabalhadores que recebam entre 665 euros e 705 euros em dezembro de 2021”, detalhou Ana Mendes Godinho.

## FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

### “Os jovens em Portugal hoje: Quem são, o que pensam e o que sentem”

As jovens mulheres sentem-se mais discriminadas e continuam a ser responsáveis pela maioria das tarefas domésticas segundo um retrato da Fundação Francisco Manuel dos Santos que reflete uma socialização “muito distinta” de rapazes e raparigas.

Esta é uma das muitas conclusões do estudo “Os jovens em Portugal hoje: Quem são, o que pensam e o que sentem”, que inquiriu 4.900 jovens entre os 15 e 34 anos sobre questões tão diversas como o trabalho, as relações, a felicidade ou a participação política para traçar um retrato completo da juventude. “Surpreendeu-me muito tudo o que tem a ver com a socialização que, em Portugal, se faz das mulheres e dos homens, que é muito distinta em todas as facetas da vida”, disse a economista Laura Sagnier.

Uma das diferenças entre eles e elas que mais surpreendeu a investigadora foi, no caso dos jovens casais, a distribuição das tarefas domésticas e relacionadas com o cuidado e educação

dos filhos: segundo o retrato da FFMS, as mulheres consideram que fazem três vezes mais trabalho não pago do que os companheiros.

No que respeita às situações de assédio ou violência, 43% das mulheres jovens dizem ter sofrido violência psicológica, comparativamente a 29% dos homens jovens. A diferença é ainda maior quando está em causa violência física ou sexual, sofrida por 30% das mulheres e 8% dos homens.

Por outro lado, 34% das mulheres referem ter-se sentido discriminadas simplesmente por serem mulheres, enquanto apenas 6% dos jovens dizem ter sentido o mesmo por serem homens, havendo também mais mulheres a sentirem-se discriminadas tanto pela idade como pela orientação sexual.

Quanto ao trabalho, quem estuda mais tem, em média, maior probabilidade de encontrar emprego, de auferir rendimentos superiores e de obter vínculos contratuais mais estáveis.

Por outro lado, o nível de escolaridade

contribui para a forma como os jovens se sentem com a vida e, a este nível, enquanto entre os jovens com um nível de escolaridade inferior, 36% se sentem pouco felizes, 28% daqueles que finalizaram o ensino superior sentem-se assim.

Os jovens com níveis de escolaridade mais elevados sentem mais pressão social do que os restantes relativamente a ter filhos, não desiludir os pais ou a família e ser bem-sucedidos nas relações amorosas.

Falando em felicidade, apesar das várias diferenças identificadas entre os jovens, que levam a investigadora a afastar um retrato comum da juventude, há um aspeto que parece ser transversal: a satisfação com o próprio corpo.

Segundo o estudo, a preocupação dos jovens com o seu físico é o fator que mais contribui para a sua felicidade ou infelicidade e metade dos jovens (52% entre as mulheres e 50% entre os homens) diz estar pouco satisfeito com o próprio corpo.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



A DIVERGÊNCIA PARA A ALEMANHA

## Podemos emendar as falhas do Euro?

É um lugar-comum dizer-se que a economia portuguesa está estagnada desde o início do milénio.

Como nesse período, durante a maior parte do tempo, fomos governados pela esquerda, a nossa direita política pretende insinuar que foram as políticas públicas inclinadas à esquerda as culpadas do marasmo em que vivemos.

Obviamente que não tivemos uma governação imaculada ao longo das duas décadas deste século. Cometeram-se erros, com certeza, contudo, tenho para mim que os eventuais desvios da boa governança têm um peso relativamente pequeno no nosso mau desempenho económico.

Portugal foi, como outros países que nos são próximos, atropelado por uma tempestade perfeita, onde se juntaram os desvios de competitividade gerados pela má arquitetura do euro, a abertura do mundo (China, sobretudo) e o alargamento da união europeia a leste.

O euro provocou um ganho artificial de competitividade a favor de alguns países do norte da Europa, nomeadamente, a favor da Alemanha. Os países do sul da Europa foram todos prejudicados por esse desvio.

A Alemanha já era em 2000 o país com o PIB per capita mais elevado. O pior é que, nestas duas últimas décadas, a riqueza por cabeça cresceu mais nas terras germânicas que em todos os países do Sul e da bacia do mediterrâneo.

O maior perdedor é Itália. Em 2000 o PIB per capita transalpino era 93% do alemão, atualmente é de 72,5%. Para a França o transtorno é de 99% para 90%, a Grécia caiu de 54% para 46%, a Espanha de 69% para 64% e, em Portugal, o menor dos tombos, passámos de 55% para 52%. Divergimos todos. O que menos diverge, apesar de tudo, é Portugal.

Frequentemente são convocadas comparações com os países de leste, alguns dos quais estarão próximos de nos agarrar ou mesmo ultrapassar. Também aqui as coisas não são tão simples como o comentário da direita simplisticamente proclama.

Deixo este tema para uma outra crónica uma vez que esses países estão fora do euro.

O meu ponto é indagar se os desvios introduzidos pelos defeitos na arquitetura do euro, que prejudicaram todos os países com os quais nos devemos comparar, por proximidade geográfica, sócio económica ou cultural, podem

autocorrigir-se ou se, pelo contrário, tendem a eternizar estas tendências centrifugas.

As vantagens da Alemanha com a introdução do euro são várias mas salientaria duas: a)- o euro confere aos germânicos uma vantagem cambial no sentido em que se tivessem mantido o marco ele estaria fortemente valorizado dificultando as exportações e facilitando as importações; b)- a Alemanha é o devedor mais credível da zona euro e financia-se, estado e empresas, mais barato que, por exemplo, os países do sul.

Isto deveria ter sido claro para os pais fundadores do euro, mas não foi! Este erro de arquitetura tem levado ao crescimento alemão e à estagnação de boa parte da zona euro.

Poderíamos admitir, em favor dos criadores do euro, que estes desequilíbrios convocam mecanismos endógenos de correção.

Por exemplo, o benefício cambial permite às empresas alemãs exportar com boas margens. Essas margens só podem ir parar a dois sítios: remunerar o trabalho ou o capital. Se, por exemplo, uma boa parte do benefício cambial fosse parar a aumento dos salários reais e do poder de compra dos trabalhadores alemães algum mecanismo de correção poderia ter ocorrido.

O aumento dos salários reais teria provocado um aumento dos preços relativos da Alemanha, corrigindo, assim, parte do ganho cambial, por um lado, e, por outro, a procura acrescida para consumo teria ajudado as empresas dos restantes países da UEM.

Só que este mecanismo virtuoso nunca funcionou. Desde 2004 até agora os lucros das grandes empresas cotadas alemãs cresceram 8,1% ao ano, o que compara com 1,5% em França, 1,9% em Espanha ou -2,4% em Itália.

No mesmo período os salários nominais na Alemanha cresceram 3% ao ano.

Resumindo, o bônus dos defeitos da arquitetura do euro foi direitinho para os bolsos dos acionistas das empresas e, em muito pouca medida, para o comum dos alemães, ou seja, o eventual mecanismo de correção não funcionou.

Este estado de coisas pode mudar?

Poderia mudar por duas vias: vontade política expressa de redistribuição da riqueza ou ação sindical.

Talvez não devamos esperar grande coisa do lado político. Embora o Partido Social

Democrata tenha ganhos as eleições, vai governar em coligação com a Partido Liberal e com os Verdes. O Partido Liberal é, tradicionalmente o partido das empresas e os verdes fizeram uma viagem meteórica da esquerda radical para a direita. Vai longe o tempo de Joschka Fischer, um antigo radical de esquerda, à frente dos verdes na Alemanha.

Resta a esperança no movimento sindical. A Alemanha é talvez o país onde, apesar de tudo, o movimento sindical continua a ter alguma força negocial e alguma capacidade para influenciar o ciclo político.

Em teoria a tarefa nem deveria ser difícil. Estudos de opinião mostram que entre a elite económica alemã existe a consciência de que a desigualdade social atingiu níveis preocupantes e se tornou um problema que é preciso atacar.

Prova dessa consciência é o que se passou recentemente em Berlim. Quando as rendas em Berlim se tornaram insustentáveis para a maioria da população chegou-se à medida extrema de as congelar.

Uma eventual redistribuição da riqueza na Alemanha seria fundamental para compor um pouco o enviesamento da zona euro. Seria bom para os alemães comuns e seria sobretudo bom para todos os países que têm sofrido com os erros de arquitetura do euro.

Contudo, eu esperaria pouco quer da política quer das decisões dos conselhos de administração das empresas.

Se alguma coisa de substancial acontecer será pela luta dos trabalhadores que terão de conquistar cada cêntimo como sempre aconteceu – lutando duramente.

Resumindo – o eventual mecanismo de autocorreção dos defeitos de arquitetura do euro por via de uma justa distribuição do bônus da moeda única nos países ganhadores, simplesmente não funciona – o sistema não é convergente, é divergente.

O euro, o maldito euro, continuará a dar ganhos a alguns, prejuízos a muitos e não se corrige por si mesmo.

Não deixa de ser curioso que mesmo no país que mais perdeu com o euro, a Itália, a esmagadora maioria da população prefira continuar na união económica e monetária. O mesmo acontece com as elites políticas e económicas da terra de Dante, Da Vinci ou Galileu.

Estranho, muito estranho!





**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt





**House of Wisdom, Sharjah, Emirados Árabes Unidos**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333



## IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

# Pandemia obrigou muitos migrantes a procurarem outros países

A pandemia provocada pela covid-19 levou muitos imigrantes a abandonar Portugal por melhores trabalhos, mas o país continua a ser atrativo e procurado, tanto pelos que vêm pela primeira vez, como entre os que saíram e estão a regressar.

O coordenador da associação para a defesa dos direitos dos imigrantes -- Solidariedade Imigrante (Solim) salientou que estas pessoas, e dentro delas as mulheres, são “os excluídos dos excluídos da sociedade” e que, por isso, “foram bastante afetados pela pandemia”.

“Nesta situação, os imigrantes saíram à procura de melhores condições de vida, saíram à procura de trabalho, o pão nosso de cada dia, foi o que as pessoas fizeram. Foram para outros países da Europa, aqueles que foram afetados pela situação de pandemia, ganhar, trabalhar e remediar a situação”, apontou Timóteo Macedo.

No entanto, segundo o responsável, a situação está agora a alterar-se e diz haver quem esteja a regressar, ao mesmo tempo que continua a haver quem venha pela primeira vez, com a diferença de serem provenientes de “outras paragens que Portugal não estava habituado”.

Segundo Timóteo Macedo, há agora muitos imigrantes da África francófona, como a Gâmbia, Senegal ou outros países limítrofes, como o Mali, que estão a trabalhar na agricultura, por exemplo.

Opinião semelhante tem a presidente e fundadora da Associação de Imigrantes Mundo Feliz, Cecília Minascorta, segundo a qual há registo de novos fluxos de migrantes, ainda que não tão grandes como há dois anos.

Segundo Cecília Minascorta, estas pessoas têm encontrado trabalho nos setores da limpeza, restauração, hotelaria, mas também no cuidado de idosos ou condução de pesados.

Analisando a situação desde o início da pandemia, e como possíveis causas para a falta de mão de obra relatada recentemente por alguns setores de atividade, a responsável admite que alguns imigrantes tenham regressado aos seus países de origem, outros imigraram para outros e houve ainda quem tenha encontrado outros trabalhos.

“Sei de muita gente que saiu da hotelaria e foi para a Uber, por exemplo”, apontou, lembrando que a restauração foi dos primeiros setores a fechar e deixou muita gente no desemprego.

Por outro lado, disse ter conhecimento de quem tenha regressado ao país de origem, dando como exemplo o caso de cidadãos brasileiros que com a pandemia deixaram de ter meios de subsistência.

Timóteo Macedo sublinhou, a propósito, que durante a pandemia foram e têm sido os imigrantes a manter o funcionamento do setor agrícola e “os primeiros da frente de combate a dar a cara e a sofrer as consequências da pandemia”, ao mesmo tempo que foram tratados como “pau para toda a obra”.

“Usaram e abusaram desta mão de obra que está disponível e precisa muito de trabalhar para ter título de residência ou ter documentos ou ter acesso ao reagrupamento familiar”, criticou, sublinhando que as restrições sanitárias não foram para todas as pessoas de igual modo porque os imigrantes tinham de trabalhar para manter a situação documental e “alimentar a família”.

Sobre a razão por que continua a haver migrantes que escolhem Portugal trabalhar, Timóteo Macedo aponta o facto de o país precisar deles e de continuar a haver muitos setores de atividade com necessidade desta mão de obra. De acordo com o coordenador da Solim, não só Portugal tem bastante trabalho disponível como “precisa de muitos mais imigrantes” e adiantou que há empresas nacionais que já estão a contratar trabalhadores em países como a Tailândia para a restauração e a hotelaria, dando como exemplo o Algarve.

A presidente da associação Mundo Feliz refere que também no setor da construção há falta de mão de obra e que tem recebido por parte de empresas pedidos de trabalhadores, mas que efetivamente há falta de quem queira trabalhar nesta área.

Ainda assim, Cecília Minascorta assegura que Portugal se mantém um país atrativo para os imigrantes, destacando que o processo de legalização continua a ser “um pouco mais fácil do que noutros países”, com a esperança de aqui encontrar uma vida melhor.

Já no que diz respeito às condições de trabalho, o coordenador da Solim assegura que se mantém iguais às que existiam antes do começo da pandemia, de grande precariedade e baixos salários, agravada por condições de habitação pouco dignas e que não conseguem fazer face às necessidades básicas.

“É uma situação muito difícil, de grande precariedade. O trabalho é precário, de baixos salários, as condições de higiene e saúde no trabalho são más, cada vez há mais acidentes. São pessoas exploradas e sobre-exploradas”, descreveu.

Cecília Minascorta acrescentou que o valor médio das rendas é um problema, sublinhando que os imigrantes não conseguem muitas das vezes um salário que lhes permita fazer face a essa despesa e lembrando que muitos senhorios exigem três meses de caução à entrada.

Na opinião da presidente da Casa do Brasil em Lisboa a pandemia tornou muito evidente “o quanto as pessoas imigrantes são exploradas nos serviços”, desde a restauração, hotelaria, construção civil ou agricultura.

“As condições de trabalho são de facto muito precárias, quando têm contrato de trabalho é uma sorte, muitos trabalham até sem contrato de trabalho e estão na mão das empresas e quando têm contrato de trabalho é com salário mínimo”, apontou Cyntia de Paulo.

No entanto, a associação continua a receber pedidos de apoio por parte de recém-chegados a Portugal, alguns que tinham suspenso os processos migratórios por causa da pandemia e que agora retomam esse projeto.

Ótima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL